

**AJES - FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO VALE
DO JURUENA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E SUA IMPORTÂNCIA NA
EVIDENCIAÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DAS EMPRESAS:
UM ESTUDO DE CASO DA EMPRESA LATICÍNIOS CASTERLEITE LTDA DO
MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA-MT**

Autora: Marisa Godoi de Souza

Orientadora: Prof^a Esp. Jaqueline da Silva Marques

JUÍNA/2014

**AJES - FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO VALE
DO JURUENA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E SUA IMPORTÂNCIA NA
EVIDENCIAÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DAS EMPRESAS:
UM ESTUDO DE CASO DA EMPRESA LATICÍNIOS CASTERLEITE LTDA DO
MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA-MT**

Autora: Marisa Godoi de Souza

Orientadora: Prof^a Esp. Jaqueline da Silva Marques

“Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, da Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruena como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.”

JUÍNA/2014

**AJES - FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO
VALE DO JURUENA**

BANCA EXAMINADORA

Prof.º Esp. NATANIEL TOMASINI
Examinador

Prof.º Ms. RICARDO ZAMPERETTI
Examinador

Prof.ª Esp. JAQUELINE DA SILVA MARQUES
ORIENTADORA

Dedico este Trabalho aos meus familiares e professores, pelo apoio e incentivo incondicionais dispensados em prol do meu êxito profissional. E a todos que de alguma maneira contribuíram para a elaboração deste trabalho.

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a Deus o qual permitiu passar por essa experiência na minha vida, não somente por esses quatro anos como universitária, mas por todos os momentos vividos.

Aos meus colegas de sala, que desde de o início sempre fomos uma turma elogiada pela nossa união, em especial a duas pessoas Eliane e Renata que se tornaram não só colegas de faculdade e sim amigas, companheiras as quais espero ter ao meu lado por muito tempo.

Em especial a minha família, que sempre me incentivou e me apoiou, me deu forças quando precisei, a minha mãe Ivone Godoi que é minha fortaleza, meu porto seguro.

A empresa que me forneceu todas as informações necessárias para a realização da minha pesquisa, com muita boa vontade.

Agradeço também a Prof.^a Marcia Lino, Prof.^o Carlos Dutra por sempre ouvirem minhas reclamações e com muito zelo procurarem por soluções e a nossa querida Prof.^a Cleiva S. Mative que não está mais em nossa instituição, porém, da qual nunca irei esquecer.

Por fim, deixo meu agradecimento a todos os professores que em algum momento passaram pela minha turma, ou que de forma direta ou indireta dedicaram um pouco do seu tempo e conhecimento conosco. Em especial a minha Orientadora Jaqueline da Silva Marques.

“É muito melhor lançar-se em busca de conquistas grandiosas, mesmo expondo-se ao fracasso, do que alinhar-se com os pobres de espírito, que nem gozam muito, nem sofrem muito, porque vivem numa penumbra cinzenta, onde não conhecem nem vitória, nem derrota.”

Theodore Roosevelt

RESUMO

Este estudo monográfico intitulado “análise das demonstrações contábeis e sua importância na evidência da situação econômico-financeira das empresas”, foi assim escolhido pela importância que possui na geração de resultados para todos os usuários das informações, sejam estes internos ou externos (sócios, gestores, fornecedores, clientes, entre outros). Tem o intuito de demonstrar quão importante é o uso da análise das demonstrações contábeis para a tomada de decisões de uma empresa, possui como característica principal fornecer uma ampla visão da situação econômico-financeira. Para a realização da pesquisa foram utilizadas as informações contábeis extraídas da empresa pesquisada, Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício, disponibilizados pelo escritório contábil terceirizado da empresa. Para chegar no resultado de pesquisa serão calculados os índices de liquidez, índices de endividamento, índices de rentabilidade e o grau de alavancagem financeira. A metodologia utilizada caracteriza o trabalho como um estudo de caso, de caráter exploratório, quantitativo, bibliográfico e com coleta de dados. Como resultado da pesquisa realizada e respondendo ao problema de pesquisa, pode-se observar no decorrer do trabalho que a empresa necessita realmente da utilização de ferramentas de análise das demonstrações contábeis para a tomada de decisões. Através do resultado do cálculo dos indicadores financeiros chegou-se à conclusão que a empresa pesquisada possui sua situação econômico-financeira considerada muito boa, necessitando apenas de pequenas adequações, explanadas na análise geral da pesquisa, para que melhore ainda mais seu rendimento.

Palavras – chave: Análise das Demonstrações Contábeis; Indicadores Financeiros; Situação Econômico-financeira.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Os usuários da Contabilidade e seus interesses	18
Quadro 2 - Período de evolução da contabilidade	19
Quadro 3 - Balanço patrimonial	25
Quadro 4 - Modelo de DRE - Demonstração do Resultado do Exercício	30
Quadro 5 - Análise Vertical.....	33
Quadro 6 - Análise Horizontal	34
Quadro 7 - Classificação da Liquidez Corrente	38
Quadro 8 - Balanço Patrimonial Empresa Ano 2013	52
Quadro 9 - Demonstração do Resultado do Exercício Empresa Ano 2013.....	52
Quadro 10 - Balanço Patrimonial (Adaptado) Empresa Ano 2013	53
Quadro 11 - Demonstração do Resultado do Exercício (Adaptado) Empresa Ano 2013	54
Quadro 12 - Análise Vertical Balanço Patrimonial da Empresa Ano 2013 (ATIVO).....	56
Quadro 13 - Análise Vertical Balanço Patrimonial da Empresa Ano 2013 (PASSIVO).....	57
Quadro 14 - Análise Vertical DRE da Empresa Ano 2013	58
Quadro 15 - Dos Indicadores de Liquidez.....	60
Quadro 16 - Dos Indicadores de Endividamento.....	61
Quadro 17 - Dos Indicadores de Rentabilidade	63

LISTA DE ABREVEATURAS

AH	Análise Horizontal
AV	Análise Vertical
BP	Balanço Patrimonial
CE	Composição do Endividamento
CIF	Custo Indireto de Fabricação
CL	Compras Líquidas
CMV	Custo da Mercadoria Vendida
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPP	Custo de Produção do Período
CPV	Custo dos Produtos Vendidos
CSP	Custo dos Serviços Prestados
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
EF	Estoque Final
EI	Estoque Inicial
ELP	Exigível a Longo Prazo
GA	Giro do Ativo
GAF	Grau de Alavancagem Financeira
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
ILC	Índice de Liquidez Corrente
ILG	Índice de Liquidez Geral
ILI	Índice de Liquidez Imediata
ILS	Índice de Liquidez Seca
IOF	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros
IPL	Imobilização do Patrimônio Líquido

IRNC	Imobilização dos Recursos não Correntes
ISS	Imposto sobre Serviços
LAJIR	Lucro antes de Juros e Imposto de Renda
MC	Materiais Consumidos
ML	Margem Líquida
MOD	Mão de Obra Direta
NBC	Normas Brasileiras de Contabilidade
PC	Passivo Circulante
PCT	Participação de Capital de Terceiros
PIS	Programa de Integração Social
PL	Patrimônio Líquido
RAT	Rentabilidade do Ativo Total
ROA	<i>Return on Total Assets</i>
ROE	<i>Return on Equity</i>
ROI	<i>Return on Investment</i>
RPL	Rentabilidade sobre Patrimônio Líquido

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO.....	12
1.2	PROBLEMATIZAÇÃO	13
1.3	OBJETIVOS	14
1.3.1	OBJETIVO GERAL	14
1.3.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	14
1.4	DELIMITAÇÃO DO TRABALHO.....	15
1.5	JUSTIFICATIVA	15
1.6	ESTRUTURA DO TRABALHO	16
2	REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1	A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE	17
2.2	BREVE HISTÓRICO DA CONTABILIDADE	18
2.3	REFLEXÕES SOBRE A CONTABILIDADE NO BRASIL.....	20
2.4	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	22
2.5	BALANÇO PATRIMONIAL	23
2.5.1	Ativo.....	25
2.5.2	Passivo	27
2.5.3	Patrimônio Líquido	28
2.6	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	28
2.7	INDICADORES CONTÁBEIS.....	32
2.7.1	Análise Vertical.....	32
2.7.2	Análise Horizontal	34
2.7.3	Índices de Liquidez.....	35
2.7.3.1	Liquidez Imediata ou Instantânea	36
2.7.3.2	Liquidez Corrente	37
2.7.3.3	Liquidez Seca.....	39
2.7.3.4	Liquidez Geral ou Total	40
2.7.4	Índices de Endividamento	41
2.7.4.1	Participação de Capital de Terceiros	42
2.7.4.2	Composição do Endividamento	42
2.7.4.3	Imobilização do Patrimônio Líquido	43
2.7.4.4	Imobilização dos Recursos não Correntes	44
2.7.5	Índices de Rentabilidade.....	44

2.7.5.1 Giro do Ativo	45
2.7.5.2 Margem Líquida	45
2.7.5.3 Rentabilidade/Retorno do Ativo Total	46
2.7.5.4 Rentabilidade/Retorno sobre Patrimônio Líquido	46
2.7.6 Índice de Alavancagem Financeira	47
2.7.6.1 Grau de Alavancagem Financeira (GAF)	48
3 METODOLOGIA.....	50
4 DISCUSSÃO DE RESULTADOS	51
4.1 HISTÓRICO DA EMPRESA	51
4.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	51
4.2.1 Análise Vertical	55
4.2.2 Cálculos dos Índices de Liquidez	58
4.2.3 Cálculos dos Índices de Endividamento	60
4.2.4 Cálculos dos Índices de Rentabilidade	62
4.2.5 Cálculo do Índice de Alavancagem Financeira.....	63
4.3 PARECER DA SITUAÇÃO ECONOMICO-FINANCEIRA DA EMPRESA	64
5 CONCLUSÃO.....	66
REFERÊNCIAS.....	68
ANEXO	71

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

A contabilidade é utilizada para o controle do patrimônio desde o seu surgimento, porém era condicionada a um sistema de informações tributárias. Com o passar do tempo, com o desenvolvimento e aprimoramento das empresas, o aumento da concorrência a necessidade de se diferenciar e com todas as mudanças constantes do cenário mundial econômico a contabilidade sofreu a necessidade de aprimoramento.

O objetivo da contabilidade é fornecer informações úteis e confiáveis aos seus usuários, que possam fazer a utilização para uma melhor tomada de decisão.

Com a necessidade de informações úteis para a realidade de cada empresa de maneira diferenciada, que pudesse garantir a tomada de decisões com certo grau de confiança, foram desenvolvidos os métodos de avaliação de rendimento e de posição em relação ao mercado.

Através das várias informações presentes nas demonstrações, tem-se a possibilidade de extrair informações que possibilitam a elaboração de uma série de indicadores de avaliação de patrimônio e da situação econômico financeira das empresas, fornecendo informações e auxiliando no processo de concorrência. Dessa maneira, apesar de grande parte das empresas ainda não fazer uso da gama de informações contidas nas demonstrações contábeis, analisar tais demonstrações é de suma importância para o gerenciamento de qualquer entidade, se tornando uma ferramenta indispensável para o sucesso.

Os indicadores mostram o resultado que a empresa obteve em um determinado espaço de tempo com as suas operações, indicando onde a empresa acertou e onde necessita de melhorias.

O estudo dos índices tem papel fundamental na análise das Demonstrações Financeiras, pois representam a relação entre as contas ou os grupos de contas de tais demonstrações, que tem a intenção de evidenciar os fatores da situação econômico e financeira nas empresas.

Os índices são caracterizados fundamentalmente por fornecer uma visualização mais ampla da vida econômica e financeira de uma empresa, além disso, serve também de medida importante na construção de um quadro de avaliação da empresa.

Para realizar a análise das demonstrações contábeis são utilizados os diversos demonstrativos que a empresa possui, dentre as demonstrações mais utilizadas, temos, o Balanço Patrimonial (BP) e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE).

Um grande erro cometido pelas empresas é achar que apenas grandes empresas e multinacionais precisam utilizar a análise das demonstrações. Que por serem empresas de médio ou pequeno porte, ou por serem empresas familiares que não precisam se utilizar de ferramentas gerenciais, o que ocasiona na maior parte delas se encerrando por terem um processo de gestão ineficiente.

1.2 PROBLEMATIZAÇÃO

Para Cervo e Bervian (2002, p.84) “problema é uma questão que envolve intrinsecamente uma dificuldade, teórica ou prática, para qual se deve encontrar uma solução.”

A empresa Laticínios Casterleite Ltda., com a intenção de expandir seus negócios e com os novos investimentos que vêm sendo efetuados, sente a necessidade de mecanismos e ferramentas gerenciais para auxiliar na tomada de decisões.

A análise das Demonstrações Contábeis fornece uma grande quantidade de informações que contribuem com a necessidade da empresa em saber o que evidenciar e como aplicar seus investimentos.

Assim, Origina-se a seguinte questão-problema:

Como as ferramentas de análise das demonstrações contábeis podem influenciar no processo de tomada de decisões e na evidenciação da situação econômica e financeira da empresa Laticínios Casterleite Ltda?

1.3 OBJETIVOS

Os objetivos de um trabalho são os pontos que se pretende alcançar no decorrer do mesmo. Serve como um alvo ou uma meta a ser alcançada.

Figueiredo (2004, p. 88) diz o seguinte sobre objetivos:

Os objetivos devem ser o que o trabalho irá pesquisar, onde se quer chegar, quais as metas que se almeja alcançar. Devem ser formulados com cuidado, de modo que se respondam à questão norteadora e que sejam possíveis alcança-los. Os objetivos podem ser subdivididos em objetivos gerais e objetivos específicos. (FIGUEIREDO 2004, p. 88)

1.3.1 OBJETIVO GERAL

De acordo com Cervo e Bervian (2002, p. 83) no objetivo geral “procura-se determinar com clareza e objetividade, o propósito do estudo com a realização da pesquisa.”

- Analisar as demonstrações contábeis do ano de 2013 para evidenciação da situação econômico-financeira em uma empresa industrial de laticínios do município de Castanheira - MT.

1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Contextualizar a Contabilidade e as teorias de análise das demonstrações contábeis como ferramenta para obtenção de informações e apoio na tomada de decisões;
- Analisar as Demonstrações Contábeis da empresa no ano de 2013;
- Apresentar um parecer da situação econômico-financeira apontando os pontos fortes e pontos fracos da empresa.

1.4 DELIMITAÇÃO DO TRABALHO

Marconi e Lakatos (2006, p. 164), relatam que “Delimitar a pesquisa é estabelecer limites para a investigação.”

Este trabalho está delimitado a um estudo de caso realizado em uma empresa de atividades industriais, optante pelo regime de tributação Lucro Presumido, localizada no município de Castanheira – MT. Na mesma serão coletados os demonstrativos do ano de 2013 para cálculo dos índices e evidenciação da situação econômico-financeira da empresa.

1.5 JUSTIFICATIVA

Este trabalho justifica-se pelo fato de evidenciar quão importante é para uma empresa, ter informações contábeis úteis e confiáveis para que a análise das demonstrações possa identificar acertos ou falhas na gestão.

Para os sócios e administradores a apresentação de análises de fácil entendimento e percepção das vantagens que uma empresa tem utilizando a análise das demonstrações Contábeis como: aumento ou diminuição de investimentos, comprar e vender a vista ou a prazo, expandir ou reduzir suas operações, fabricar ou comprar produtos prontos.

Para pesquisadora, contribuirá para o crescimento profissional, com a oportunidade de colocar em prática o conhecimento adquirido em sala de aula alinhado às questões gerenciais da empresa em estudo.

Para a empresa espera-se a obtenção de informações suficientemente claras que possam indicar a situação econômico-financeira da mesma no ano pesquisado, e que estas informações sejam úteis para o planejamento dos próximos períodos, para evidenciação dos pontos fortes e ajustes dos pontos fracos.

1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO

O presente trabalho está dividido em 5 (cinco) capítulos, sendo eles distribuídos da seguinte maneira:

Capítulo I – Introdução, contextualização, problematização, objetivos geral e específicos, delimitação do trabalho, justificativa e estrutura do trabalho.

Capítulo II–Referencial teórico, a importância da contabilidade, breve histórico da contabilidade, reflexões sobre a contabilidade no Brasil, demonstrações contábeis, balanço patrimonial, ativo, passivo, patrimônio líquido, demonstração do resultado do exercício, indicadores contábeis, análise vertical, análise horizontal, índices de liquidez, liquidez imediata ou instantânea, liquidez corrente, liquidez seca, liquidez geral ou total, índices de endividamento, participação de capital de terceiros, composição do endividamento, imobilização do patrimônio líquido, imobilização dos recursos não correntes, índices de rentabilidade, giro do ativo, margem líquida, rentabilidade/retorno do ativo total, rentabilidade/retorno sobre patrimônio líquido, índice de alavancagem financeira e grau de alavancagem financeira (GAF).

Capítulo III – Metodologia e cronograma.

Capítulo IV –Discussão de resultados, histórico da empresa, demonstrações contábeis, análise vertical, cálculos dos índices de liquidez, cálculos dos índices de endividamento, cálculos dos índices de rentabilidade, cálculo do índice de alavancagem financeira e parecer da situação econômico-financeira da empresa.

Capítulo V – Conclusão.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE

A contabilidade desde o seu surgimento, teve grande importância para a vida dos seres humanos, no entanto, a partir da revolução industrial se tornou cada vez mais necessária no gerenciamento dos investimentos, planejamento de custos e controle.

De acordo com Marion (2008, p.23):

A Contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões. Na verdade, ela coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e resumindo-os em forma de relatórios ou de comunicados, que contribuem sobremaneira para a tomada de decisões. (MARION 2008, p. 23)

Por sua importância na tomada de decisões das empresas é que os conhecimentos contábeis vêm ganhando destaque, sendo amplamente utilizados e se modificando para acompanhar as necessidades da economia.

Segundo Sá (2008. p.53), “A aplicação do conhecimento da contabilidade para ajudar a governar os negócios, as instituições, tem sido uma das preocupações da modernidade.”

Nos últimos tempos, com o advento da globalização e entrada na era tecnológica. As pequenas, médias e grandes empresas, vivem a constante busca de espaço econômico, pela competitividade e um bom gerenciamento, o que é fundamental para que as empresas obtenham o sucesso desejado e consiga se manter no mercado competitivo. A qualidade do fluxo de informações ajuda a garantir a satisfação das necessidades da administração das empresas.

Entre os diversos instrumentos utilizados pela administração, é importante destacar o papel da contabilidade, como meio especialmente concebido para captar, registrar, acumular, resumir, medir e interpretar os fenômenos que afetam a situação patrimonial financeira econômica de qualquer empresa seja qual for seu ramo de atividade ou sua forma jurídica. (FONTÃO 2009, p.75 apud BRAGA 2006, p.26)

Na atualidade, a contabilidade está presente nos diversos setores e atende grupos de pessoas com interesses diferenciados, conforme quadro abaixo:

Quadro 1 - Os usuários da Contabilidade e seus interesses

GRUPO DE PESSOAS	INTERESSES
Sócios / Acionistas	Qual a lucratividade e o grau de segurança de seus investimentos.
Gestores	Fluxo contínuo de informações sobre os mais variados aspectos da gestão financeira e econômica das empresas. Ferramenta para obtenção de recursos, divulgação de resultados, e tomada de decisão.
Governo	Tributar e cobrar impostos e taxas.
Financiadores	Determinar a segurança de retorno do seu dinheiro emprestado.
Fornecedores	Determinar a segurança de recebimento de seu crédito.

Fonte: Apostila: Demichelle (2007, p.10).

2.2 BREVE HISTÓRICO DA CONTABILIDADE

Pode-se evidenciar que a origem da contabilidade, se deve ao fato da necessidade que os seres humanos têm, em manter um registro de suas atividades. No caso, o registro dos bens, das propriedades e atividades comerciais.

Segundo Lopes de Sá (1997, p. 12) “a escrituração contábil nasceu antes mesmo que a escrita comum aparecesse, ou seja, o registro da riqueza antecedeu aos demais, como comprovam os estudos realizados sobre a questão, na antiga Suméria.”

Seguindo a ideia de Buesa (2010), na antiguidade, o comércio existia em muitas cidades, mas os fenícios se destacaram entre os primeiros.

Desde que se tem história da civilização humana na terra, também, se tem história da contabilidade afirma Buesa (2010). Ela se fazia presente na organização econômica da vida dos seres humanos para garantir o uso e a posse de bens materiais, dando início as divisões e propriedade individual, acumulação de bens e lucros comerciais.

Ainda na ideia de Buesa (2010), Contabilizar se tornou cada vez mais necessário na vida do homem, à medida que este acumulava capital e precisava ter controle de seus bens e posteriormente com a morte dos pais, se podia fazer as divisões da herança entre os herdeiros.

A medida que o homem acumulava capital, se tornava maior a sua preocupação com os registros e controle de seu patrimônio. Certo que esse registro era de forma rudimentar, utilizando-se de recursos da natureza, como pedra, folhas de árvores, troncos e escrita na argila, mas muito útil na organização das atividades comerciais de compras, vendas, trocas e cobranças de impostos, conforme Buesa (2010).

Com a acumulação de valores, o homem se empenhava em desenvolver aspectos contábeis possíveis de prever melhores rendimentos para seus bens, a fim de aumentar suas posses. Na ideia de Buesa (2010), com o surgimento do papiro e da pena de escrever, os registros contábeis se tornaram mais práticos e foram evoluindo junto com a evolução da humanidade.

Em cada época e lugar, a contabilidade entra em cena para facilitar a organização dos registros de bens de acordo com a necessidade do grupo social. Conforme Buesa (2010), indo do modo mais rudimentar, até chegar as formas de operações econômicas mais complexas.

A evolução da Ciência Contábil pode ser dividida em quatro períodos, Conforme Lima (2006):

Quadro 2 - Período de evolução da contabilidade

PERÍODO	CARACTERÍSTICAS
Contabilidade do Mundo Antigo	Período que se inicia com a civilização do homem e vai até 1202 da Era Cristã, quando apareceu o Líber Abaci, da autoria Leonardo Fibonaci, o Pisano.
Contabilidade do Mundo Medieval	Período que vai de 1202 da Era Cristã até 1494, quando apareceu o Tractatus de Computis et Scripturis (Contabilidade por Partidas Dobradas) de Frei Luca Pacioli, publicado em 1494; enfatizando que a teoria contábil do débito e do crédito corresponde à teoria dos números positivos e negativos, obra que contribui para inserir a contabilidade entre os ramos do conhecimento

	humano.
Contabilidade do Mundo Moderno	Período que vai de 1494 até 1840, com o aparecimento da Obra “La Contabilità Applicatta Alle Amministrazioni Private e Pubbliche”, da autora de Francesco Villa, premiada pelo governo da Áustria. Obra marcante na história da Contabilidade.
Contabilidade do Mundo Científico	Período que se inicia em 1840 e continua até os dias de hoje.

Fonte: LIMA (2006, p. 01).

2.3 REFLEXÕES SOBRE A CONTABILIDADE NO BRASIL

A contabilidade no Brasil desenvolveu juntamente com a colonização, pois os colonizadores já dispunham de uma grande complexidade de conhecimentos contábeis. Desde o início, a contabilidade, foi utilizada pelos colonizadores para o controle dos gastos públicos, das rendas e tributos.

Na época da colonização as Tesourarias de Fazendas controlavam, e inspecionavam toda a parte de arrecadação, distribuição financeira e fiscal, nas províncias. No contexto da colonização, a contabilidade foi muito usada como meio para controlar e explorar as riquezas do país.

Nos dias atuais, a contabilidade é amplamente utilizada em todos os setores, vai muito além do âmbito fiscal, agindo de forma ampla nos setores da economia, indispensável para a gestão das empresas, tomadas de decisões comerciais, investimentos, auditorias e controladorias.

Segundo Schmidt (2000):

Os sistemas contábeis, para ele, devem representar a formação do resultado, que está relacionado com todos os fatos administrativos e com toda dinâmica da empresa”, ou seja, [...] “o resultado é o mais importante fenômeno econômico da firma. (SCHMIDT 2000, p. 188)

Portanto, vale ressaltar, que a contabilidade é parte de fundamental importância para o sucesso dos negócios de uma empresa.

No Brasil, de acordo com Buesa (2010) destaca-se o ano de 1976 como sendo um ano de avanços na contabilidade brasileira, avanços esses trazidos pela

nova Lei nº 6.404, Lei das Sociedades por Ações, publicada em 15 de dezembro de 1976.

Schmidt (2000, p. 213) afirma que “[...] mantendo a tradição, esta Lei incorpora normas e práticas contábeis das mais sadias, representando um dos maiores avanços para a área da Contabilidade, incorporando definitivamente as tendências da Escola Americana [...].”

Essa lei trouxe várias contribuições importantes no campo da contabilidade. As principais são:

(1) clara separação entre Contabilidade Comercial (Contabilidade Contábil) e Contabilidade para fins fiscais; (2) aperfeiçoamento da classificação das contas no balanço; (3) introdução da reavaliação a valor de mercado; (4) introdução do método de equivalência patrimonial na avaliação de investimentos; (5) criação da reserva de lucros a realizar; e (6) aperfeiçoamento do mecanismo de correção monetária. (IUDÍCIBUS apud SCHMIDT 2000, p. 214)

São contribuições de grande importância e necessárias tanto ao desenvolvimento da contabilidade como a sua utilização de forma correta no setor empresarial de acordo com os determinados fins.

Na década de 80, de acordo com Buesa (2010), os avanços no campo da contabilidade, tiveram grande utilidade, porém, foi muito prejudicada pelo fato do país estar passando por um período econômico de alta elevada da inflação.

Buesa (2010) afirma que em 1981, foi emitida a Resolução nº 529 pelo Conselho Federal de Contabilidade, contendo as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC). Em 1993, essa Resolução foi substituída pela Resolução do CFC nº 751, com as disposições das Normas Brasileiras de Contabilidade, para adequar a situação real do país. Pode-se destacar nas normas técnicas, a NBC-T-1, de acordo com a Resolução CFC nº 750-93, substituindo a nº 530-81.

Nas décadas de 80 e 90, houveram várias alterações na área de Demonstrações Contábeis, pois segundo Buesa(2010), nesse período o país passou por inúmeras mudanças no plano econômico, teve correção monetária, grande alta da inflação e logo após tudo isso, com o Plano Real, tem-se a queda da inflação.

2.4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

São chamadas de demonstrações contábeis o aglomerado de informações extraídas da contabilidade para evidenciar a situação econômica e financeira das empresas.

A análise das demonstrações financeiras é tão antiga quanto a própria contabilidade, mais ou menos 4000 a.c. encontraremos os primeiros inventários de rebanhos (o homem que voltava sua atenção para a principal atividade econômica: o pastoreio) e a preocupação da variação da riqueza (variação de rebanho). Através desta variação de riqueza, na comparação de dois inventários que os pastores chegaram ao conhecimento de quantas ovelhas perderam de um período ao outro, dando assim sintomas de análise, (MARION 1998, p. 451)

Essas informações tomaram realmente forma de demonstrações quando, por volta do século XIX, as empresas que procuravam adquirir empréstimos em bancos americanos passaram a ter que apresentar a demonstração que era um balanço das suas empresas.

Segundo Marion (2009, p. 21) “É no final do século XIX que observamos os banqueiros americanos solicitando as demonstrações (praticamente o Balanço) às empresas que desejavam contrair empréstimos.”

Inicialmente, a Análise das Demonstrações Contábeis foi um instrumento utilizado preponderantemente pelas instituições financeiras com o objetivo de avaliar os riscos de crédito; mais tarde, porém, se firmou como instrumento de apoio gerencial e fornecedora de informações para investidores. (SILVA 2007, p. 7)

As demonstrações contábeis têm o poder de extrair da contabilidade informações que se realizadas com dados confiáveis e analisadas de maneira correta expõem quase que de maneira exata a situação em que a empresa se encontra, e através delas os usuários tomem todas as decisões necessárias.

As demonstrações contábeis são uma representação monetária estruturada da posição patrimonial e financeira em determinada data e das transações realizadas por uma entidade no período findo nessa data. O objetivo das demonstrações contábeis de uso geral é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o resultado e o fluxo financeiro de uma entidade, que são úteis para uma ampla variedade de usuários na tomada de decisões. As demonstrações contábeis também mostram os resultados do gerenciamento, pela Administração, dos recursos que lhe são confiados. (IBRACON, NPC nº 27)

Uma contabilização correta e confiável é de suma importância para a confiabilidade dos demonstrativos. As demonstrações se utilizam de todos os dados informados na contabilidade.

[...] as demonstrações contábeis fornecem informações sobre os seguintes aspectos de uma entidade: a. ativos; b. passivos; c. patrimônio líquido; d. receitas, despesas, ganhos e perdas; e e. fluxo financeiro (fluxos de caixa ou das origens e aplicações de recursos). Essas informações, juntamente com outras constantes das notas explicativas às demonstrações contábeis, auxiliam os usuários a estimar os resultados futuros e os fluxos financeiros futuros da entidade. (IBRACON, NPC nº 27)

Após o resultado das demonstrações, as mesmas podem ser usadas pelos diversos usuários na tomada de decisões, sendo feitas avaliações de desempenho, confronto de metas, diretrizes, determinação de perspectivas, projeções, ou seja, um leque de possibilidades que se bem utilizadas garantem o bom desempenho de qualquer entidade.

Com os resultados obtidos por meio de análise das demonstrações contábeis, os usuários internos ou externos, utilizarão principalmente para auxílio em decisões de investimentos e financiamentos.

2.5 BALANÇO PATRIMONIAL

Dentre todas as demonstrações contábeis o Balanço Patrimonial (BP) é a demonstração principal existente, e obrigatória por lei. O balanço expõe de fato a situação do patrimônio das empresas, e reflete em determinado momento a posição financeira.

Segundo Marion (1998, p. 65):

[...] o balanço patrimonial é constituído de ativo, passivo e patrimônio líquido. O ativo, por sua vez, compõe-se de bens e direitos aplicados na entidade contábil. O passivo e o patrimônio líquido registram todas as entradas (origens) de recursos na empresa. (MARION 1998, p. 65)

O Balanço Patrimonial é destinado a evidenciação qualitativa e quantitativa da posição patrimonial e financeira das entidades em data predeterminada, que pode ser no fim de cada ano ou em qualquer data estabelecida.

Um Balanço Patrimonial pode ser elaborado em qualquer período do ano, ou em datas previamente estabelecidas, no entanto, fazer o balanço no encerramento

do exercício social se mantém obrigatório, pois esse é considerado oficial para efeitos legais.

No balanço patrimonial, as contas representativas do ativo e do passivo devem ser agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia e apresentadas em ordem decrescente de grau de liquidez para o ativo, e de exigibilidade para o passivo. (HOJI 2009, p. 260)

O balanço é considerado a mais importante das demonstrações, por ser o responsável pelo encerramento de todos os procedimentos contábeis realizados durante o exercício. Organiza e apresenta os três elementos que compõem o patrimônio de forma ordenada, sendo elas: Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido.

Segundo CRC/PR (2013, p. 17) “O Balanço Patrimonial da entidade é a relação de seus ativos, passivos e patrimônio líquido em uma data específica. Apresenta-se nessa demonstração aposição patrimonial e financeira da entidade.”

Para a facilitação do conhecimento e análise da situação econômica e financeira das empresas, as contas do balanço devem ser classificadas e agrupadas segundo o registro dos elementos do patrimônio.

O termo balanço é utilizado pelo fato de servir para equilibrar as contas tanto do ativo como do passivo, que parte da ideia de uma balança, onde dois lados devem estar sempre equilibrados. Quando há diferença entre ativo e passivo significa que há algo errado na contabilidade da entidade.

Desta maneira o Balanço Patrimonial demonstra de maneira organizada, quais são e quanto vale os bens, direitos e obrigações.

O balanço é composto por duas colunas, contendo do lado esquerdo o Ativo (bens e direitos), que especifica qualitativamente cada um dos componentes e indica os aspectos quantitativos, ou seja, seu valor monetário, e do lado direito o Passivo (obrigações), que são consideradas as dívidas que a empresa possui com terceiros e também o Patrimônio Líquido (diferença entre Ativo e o Passivo), onde se enquadram os investimentos feitos pelos sócios e acionistas na empresa.

Quadro 3 - Balanço patrimonial

Balanço Patrimonial	
ATIVO	PASSIVO
Bens e Direitos	Obrigações
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
	Diferença entre Ativo e Passivo (Investimentos de Sócios e Acionistas)
Total Ativo	Total Passivo

(Total do Ativo = Total do Passivo)

Fonte: Elaborado pela autora.

Além de demonstrar bens direitos e obrigações o Balanço Patrimonial pode ser utilizado como fonte para análise financeira.

Dentro dessa visão, o Ativo representa todas as aplicações de recursos dentro da empresa. Enquanto o Passivo representa todas as origens (fontes) de recursos que entraram na empresa. As origens de recursos evidenciadas no Passivo são de dois tipos: próprios e recursos de terceiros. (PADOVEZE 2004, p. 35)

Utilizado como instrumento de análise financeira o Balanço Patrimonial serve para detectar pontos críticos e identificar as prioridades para criação de metas e estratégias.

2.5.1 Ativo

Ativo são os bens e direitos que uma empresa possui, que podem ser convertidos em dinheiro ou representam algum tipo de benefício presente ou futuro para a entidade.

São todos os bens e direitos de propriedade e controle da empresa, que são avaliáveis em dinheiro e que representam benefícios presentes ou futuros para a empresa. Bens: máquinas, terrenos, estoques, dinheiro (moeda), ferramentas, veículos, instalações etc. Direitos: contas a receber, duplicatas a receber, títulos a receber, ações, títulos de crédito etc. (IUDÍCIBUS 2008, p.28)

O ativo de um modo amplo é considerado um recurso que a entidade controla como resultado de eventos passados, e também do qual espera-se a obtenção de futuros benefícios para a entidade.

Para ser Ativo é necessário que qualquer item preencha quatro requisitos simultaneamente: a) Constituir bem ou direito para a empresa; b) Ser de propriedade, posse ou controle de longo prazo da empresa; c) Ser mensurável monetariamente; d) Trazer benefícios presentes ou futuros. (IUDÍCIBUS 2008, p. 28)

Quando se fala de benefícios futuros do ativo, refere-se à potencialidade direta ou indireta do ativo contribuir com o fluxo e equivalentes de caixa das entidades, podendo ser do uso ou da liquidação dos ativos.

Quando há desembolsos incorridos ou comprometidos em um ativo, que não haja possibilidade de geração de benefícios para as empresas o mesmo não é reconhecido no Balanço Patrimonial. Nesse caso o mesmo é reconhecido na demonstração do resultado e na demonstração do resultado abrangente como despesa.

Se o bem ou direito não for de propriedade da empresa, normalmente não constará do seu Ativo. O arrendamento mercantil (leasing) de uma máquina por uma empresa que paga aluguel mensal só sob certas condições caracteriza-se como Ativo, embora o bem esteja dentro da empresa (é posse e não propriedade). Se a empresa tiver um Título a Receber de uma empresa falida, este não será Ativo, pois não há possibilidade de convertê-lo em dinheiro; não traz benefício algum para sua portadora (veja-se que o título é um direito, de propriedade da empresa e mensurável monetariamente, mas não traz benefícios à empresa; portanto, é uma perda e não Ativo). (IUDÍCIBUS 2008, p. 28)

Para ser reconhecido como um ativo o bem não precisa propriamente possuir forma física, tem-se dentro do ativo os ativos tangíveis que podem ser bens imóveis e imobilizados, tem também os ativos intangíveis, onde estão os bens de valor mais sem possibilidade de toque como, uma marca ou uma patente.

O ativo de uma empresa é subdividido em vários itens: ativo circulante, ativo realizável a longo prazo, ativo permanente – investimentos, ativo permanente – imobilizado e ativo permanente – diferido.

Segundo Quintana (2009), “o ativo pode ser classificado em dois grandes grupos de contas, os quais são apresentados em ordem decrescente de grau de liquidez: ativo circulante e ativo não circulante.”

O ativo circulante é composto pelos bens e direitos conversíveis em recursos financeiros até o final do exercício subsequente. Nesse grupo,

destacam-se o registro do caixa, bancos, clientes, estoque, despesas antecipadas, entre outros. (QUINTANA, 2009)

De acordo com Quintana (2009), “o ativo não circulante é composto pelos itens da estrutura do ativo, ou seja, o ativo realizável a longo prazo, os investimentos, o imobilizado e o intangível.”

2.5.2 Passivo

Passivo é o valor que corresponde ao montante das obrigações devidas pela entidade. É a obrigação da entidade com eventos já ocorridos, onde a liquidação se resulta em saída de recursos financeiros.

Segundo Iudícibus (2008, p. 28) “Simplificadamente, evidencia toda a obrigação (dívida) que a empresa tem com terceiros; contas a pagar, fornecedores de matéria-prima (a prazo), impostos a pagar, financiamentos, empréstimos, etc.”

O passivo pode ser formado por obrigações legais, aquelas que são garantidas por lei, com força de contratos ou exigência estatutária, e por obrigações construtivas ou não formalizadas.

Quando há a liquidação de um passivo, geralmente ocorre pagamento em caixa, transferência de ativos ou troca por serviços, que se caracteriza em conversão da obrigação.

De acordo com Iudícibus (2008, p. 29) “O passivo é uma obrigação exigível, isto é, no momento em que a dívida vencer, será exigida (reclamada) a liquidação da mesma. Por isso, é mais adequado denominá-lo Passivo Exigível.”

Segundo CRC/PR (2013, p. 18):

A entidade deve reconhecer um passivo no balanço patrimonial quando: a) a entidade tem uma obrigação no final do período contábil corrente como resultado de evento passado; b) seja provável que a entidade transfira recursos que representem benefícios econômicos para a liquidação dessa obrigação; e c) o valor de liquidação possa ser mensurado com confiabilidade. (CRC/PR, 2013, p. 18)

Quando uma empresa adquire um passivo, ou seja, uma conta de origem credora, está assumindo a obrigação de pagar. O passivo é uma obrigação assumida com visão a um benefício econômico futuro.

2.5.3 Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido (PL) é o valor pertencente aos sócios proprietários ou acionistas de uma determinada empresa. Sendo a diferença entre o valor dos ativos e dos passivos.

Integram o patrimônio líquido as contas representativas dos capitais próprios, que registram os recursos provenientes de sócios ou acionistas, bem como suas variações em decorrência dos resultados da gestão econômico-financeira da empresa. (BRAGA 2003, p.84)

O Patrimônio Líquido é subdividido em vários grupos: Capital Social, Reservas de Capital, Reservas de Reavaliação, Reservas de Lucros e Lucros ou Prejuízos Acumulados.

2.6 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

A demonstração do resultado do exercício (DRE) é um relatório contábil que é elaborado a partir de dados e em conjunto com o Balanço Patrimonial, e tem o objetivo de evidenciar o resultado líquido de uma empresa durante o exercício e a sua formação, podendo ser lucro ou prejuízo. São analisados os resultados operacionais e não operacionais da empresa em um período específico de tempo, sendo exercício financeiro ou ciclo operacional se maior que um ano.

A Demonstração do Resultado do Exercício é um resumo ordenado das receitas e despesas da empresa em determinado período. É apresentada de forma dedutiva (vertical), ou seja, das receitas subtraem-se as despesas e em seguida, indica-se o resultado (lucro ou prejuízo). (IUDÍCIBUS 2004, p. 194)

Para a elaboração da DRE é realizado o confronto das receitas, dos custos e dos resultados, apurados de acordo com as normas contábeis. Realizada anualmente para fins legais de divulgação, trimestralmente para fins fiscais e mensalmente para fins administrativos.

A finalidade básica da Demonstração do Resultado do Exercício é descrever a formação do resultado gerado no exercício, mediante especificação das receitas, custos e despesas por natureza dos elementos componentes, até o resultado líquido final – lucro ou prejuízo. Esse resultado líquido final, se lucro, representa o ganho efetivo obtido pela empresa, que tem por finalidade remunerar os sócios ou acionistas e manter e/ou desenvolver o patrimônio da empresa. Se prejuízo líquido do

exercício, representa a parcela de desgaste sofrido pelo patrimônio no período, significando que as receitas geradas foram insuficientes para cobrir os custos e despesas incorridas para obtenção de tais receitas. (BRAGA 2003, p. 97)

De acordo com a legislação brasileira (Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, Lei das Sociedades por Ações) as empresas deverão discriminar na DRE:

- A receita bruta das vendas e serviços, as devoluções das vendas, os abatimentos e os impostos;
- A receita líquida das vendas e serviços;
- O custo das mercadorias e serviços vendidos e o lucro bruto;
- As despesas com as vendas, as despesas financeiras, deduzidas das receitas, as despesas gerais e administrativas, e outras despesas operacionais;
- O lucro ou prejuízo operacional, as receitas e despesas não operacionais;
- O resultado do exercício antes do Imposto de Renda e a provisão para tal imposto;
- As participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, e as contribuições para instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados;
- O lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social.

O custo dos produtos vendidos (CPV) no ramo industrial se dá pela transformação de bens:

$$CPP = MC + MOD + CIF$$

$$CPV = EI + CPP - EF$$

Onde:

- EI = Estoques iniciais;
- CPP = Custo de produção do período;
- EF = Estoques finais;

- MC = Materiais consumidos;
- MOD = Mão de obra direta;
- CIF = Custos indiretos de fabricação.

Para o ramo de prestação de serviços, são os custos gerados para a prestação do serviço, que varia dependendo da atividade.

Para empresas do ramo comercial, se dá pela compra de mercadorias para revenda:

$$CMV = EI + CL - EF$$

Onde:

- CMV = Custo da mercadoria vendida;
- EI = Estoque inicial de mercadorias a venda no início do período;
- CL = Compras líquidas no período;
- EF = Estoque final.

As modificações na DRE estão relacionadas principalmente à eliminação da segregação das receitas e despesas como não operacionais e a contabilização das participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa. (SILVA 2007, p. 11)

Quadro 4 - Modelo de DRE - Demonstração do Resultado do Exercício

Modelo de uma Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)	
FATURAMENTO BRUTO (venda de produtos, quando empresa industrial)	R\$
= RECEITA de VENDAS BRUTA (vendas de mercadorias e prestação de serviços)	R\$
(-) Impostos e Contribuições Incidentes sobre as Mercadorias e Serviços (PIS/COFINS, ISS, ICMS)	R\$
(-) Descontos incondicionais concedidos	R\$
(-) Devoluções de Vendas	R\$
(+) Reversão dos Impostos sobre Devoluções de Vendas	R\$
(-) Abatimentos sobre Vendas (sem reversão dos impostos sobre a parte abatida)	R\$
= RECEITA de VENDAS LÍQUIDA	R\$
(-) CPV – Custo dos Produtos Vendidos (inclui fretes e seguros sobre as compras de insumos)	R\$
(-) CMV – Custo das Mercadorias Vendidas (CMV, inclui fretes e seguros sobre as compras de mercadorias)	R\$

(-) CSP – Custo dos Serviços Prestados	R\$
= RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	R\$
(-) Despesas Comerciais (inclui publicidade e propaganda, depreciação de veículos de vendas e entregas, fretes e seguros sobre as vendas, salários de vendedores, despesa de provisão para devedores duvidosos, etc.)	R\$
(-) Despesas Gerais e Administrativas (inclui impostos e aluguéis sobre prédios administrativos, depreciações em geral, salários de executivos, honorários de diretoria, etc.)	R\$
(-) Outras Despesas Operacionais (inclui despesas de equivalência patrimonial, despesas de ajuste ao valor de mercado, etc.)	R\$
(+) Outras Receitas Operacionais (inclui receitas de equivalência patrimonial, receitas de ajuste ao valor de mercado, aluguéis, reversão de provisão para devedores duvidosos, etc.)	R\$
(-) Despesas Financeiras (inclui IOF, variações monetárias passivas, descontos condicionais concedidos, etc.)	R\$
(+) Receitas Financeiras (inclui variações monetárias ativas, descontos condicionais obtidos, etc.)	R\$
(-) Outras Despesas (inclui custo de venda de ativo imobilizado, etc.)	R\$
(+) Outras Receitas (inclui receita de venda de ativo imobilizado, etc.)	R\$
= RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO E DO IMPOSTO DE RENDA	R\$
(-) Despesa com Provisão de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	R\$
(-) Despesa com Provisão de Imposto de Renda	R\$
= RESULTADO LÍQUIDO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES (as participações devem ser calculadas rigorosamente nesta ordem, sendo que para o cálculo da próxima deve ser abatido o valor da participação anteriormente calculada)	R\$
(-) Debêntures (dedutível do Imposto de Renda)	R\$
(-) Empregados (dedutível do Imposto de Renda)	R\$
(-) Administradores	R\$
(-) Partes Beneficiárias	R\$
(-) Fundos de Assistência e Previdência para Empregados	R\$
= RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	R\$

Fonte: Adaptado de Portal de Contabilidade.

IMPORTANTE:

BASE DE CÁLCULO DAS PARTICIPAÇÕES = RESULTADO LÍQUIDO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES – PREJUÍZO ACUMULADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.

$(\text{RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO}) / (\text{NÚMERO DE AÇÕES}) = \text{RESULTADO LÍQUIDO POR AÇÃO}.$

2.7 INDICADORES CONTÁBEIS

A análise feita através de indicadores se refere ao estudo da viabilidade, estabilidade e capacidade que a empresa ou projeto tem de gerar lucro. Essa análise contém uma gama de ferramentas para realização de diagnósticos sobre a situação econômico-financeira das empresas, e para criação de metas para exercícios futuros.

O estudo da Análise das Demonstrações Contábeis propriamente dita deve começar com um estudo de caráter retrospectivo, através da metodologia de análise horizontal e vertical, servindo de etapa preparatória para a análise através de indicadores. (SILVA 2007, p. 90)

Para a análise das demonstrações contábeis são utilizados vários indicadores, variando sempre da necessidade da empresa.

[...] “analisar uma demonstração é decompô-la nas partes que a formam, para melhor interpretação de seus componentes [...]”, fazendo a decomposição “dos fenômenos patrimoniais em seus elementos mais simples e irreduzíveis”. (SILVA 2007, p. 90 apud FRANCO 1992, p. 93 e 97)

A análise financeira ou das demonstrações contábeis nada mais é que a capacidade de avaliar através dos demonstrativos as condições presentes e futuras das empresas em relação ao seu capital. Verificar o retorno do capital investido, se são remunerados e reembolsados de maneira que as receitas sejam superiores as despesas.

Identificando-se algum indício de problema, o analista poderá efetuar uma análise detalhada, buscando identificar as contas que compõem o grupo de contas preliminarmente analisado e verificar seu peso em relação ao todo. (SILVA 2007, p. 90)

Utilizar recursos de análise através de indicadores é de extrema importância para todas as partes interessadas, sendo elas gestores, sócios, acionistas, colaboradores, fornecedores, investidores e clientes.

2.7.1 Análise Vertical

A análise vertical (AV), denominada como a análise da estrutura patrimonial, pois consiste na comparação do percentual de cada conta, ou de grupos de contas em relação a um determinado total ou subtotal que é tomado como base.

A **análise vertical** – um dos principais instrumentos de análise de estrutura patrimonial – consiste na determinação dos percentuais de cada conta ou grupo de contas do Balanço Patrimonial em relação ao valor total do Ativo ou do Passivo. (REIS 2009, p. 210)

Essa análise é utilizada para se ter uma ideia da representatividade que cada conta tem em relação ao montante de contas de uma mesma demonstração financeira.

A Análise Vertical pode ser entendida como a análise da estrutura das demonstrações, pois permite a identificação da real importância de uma conta dentro do conjunto de contas ao qual pertence no Balanço Patrimonial ou na estrutura da Demonstração do Resultado. (SILVA 2007, p. 91)

Quadro 5 - Análise Vertical

	20X1 (R\$)	AV (%)	20X2 (R\$)	AV (%)
Ativo Circulante	56.127,50	50	43.188	46
Realizável a Longo Prazo	8.980,40	8	14.082,90	15
Ativo Permanente	47.147,10	42	36.615,10	39
Ativo Total	112.255	100	93.886	100

Fonte: Elaborado pela autora.

Para o cálculo da análise vertical utilizamos a seguinte fórmula:

$$\frac{\text{Conta (ou grupo de contas)} \times 100}{\text{Total do Ativo (ou Passivo)}}$$

Colocando em prática o cálculo do quadro 4:

$$\frac{56.127,50 \times 100}{112.225} = 50\%$$

Desta maneira a conta Ativo Circulante representa 50% (cinquenta por cento) do ativo total do demonstrativo de 20X1.

Quando um analista se utiliza de percentuais para análise dos dados, tende a observar com maior presteza o impacto de cada conta em relação ao demonstrativo, ficando assim mais fácil a visualização de alguma possível falha.

Uma vez efetuado o levantamento dos percentuais, o analista focará sua análise nestes percentuais, deixando para trás os valores monetários absolutos, sendo possível verificar as tendências de forma mais objetiva. Uma análise limitada a expressões monetárias, sejam elas expressas em

valores históricos ou corrigidos, não permitiria uma visualização dos impactos de cada conta patrimonial ou de resultado no conjunto das respectivas demonstrações. (SILVA 2007, p. 91)

Uma análise que se limite a valores monetários, não demonstra os reais impactos que cada conta pode ocasionar em relação ao total.

2.7.2 Análise Horizontal

A análise horizontal (AH) é utilizada para verificar a evolução das contas de um período para outro. Basicamente é a comparação do valor da conta em determinado ano, com o valor do ano anterior que for considerado como base.

A Análise Horizontal permite analisar a evolução de uma conta ou de um grupo de contas ao longo de períodos sucessivos. Trabalha fundamentalmente com efeitos e dificilmente revela as causas das mudanças. Pode ser evolutiva ou retrospectiva. Esta análise é muito importante para a construção de uma série histórica, o que é fundamental para ajudar no estudo de tendências. (SILVA 2007 p. 90 e 91)

Essa análise complementa a análise vertical, porém, não são interligadas, não é porque uma conta teve queda de participação percentual na análise vertical de um período para outro, que obrigatoriamente na análise horizontal ela também terá uma queda.

Segundo Reis (2009, p. 212) a análise horizontal “É uma técnica de análise que parte da comparação do valor de cada item do demonstrativo, em cada ano, com o valor correspondente em determinado ano anterior (considerado como base).”

Complementa a análise vertical, que nos informa o aumento ou a diminuição da proporção de uma determinada verba, em relação a um determinado total, mas não nos diz se essa variação foi derivada do aumento ou da diminuição do valor absoluto da verba considerada. (REIS 2009, p. 213)

Quadro 6 - Análise Horizontal

	20X1 (R\$)	AH	20X2 (R\$)	AH
Ativo Circulante	56.127,50	100	43.188	129,96
Realizável a Longo Prazo	8.980,40	100	14.082,90	63,77
Ativo Permanente	47.147,10	100	36.615,10	128,76
Ativo Total	112.255	100	93.886	119,56

Fonte: Elaborado pela autora.

Para o cálculo da análise vertical utilizamos a seguinte fórmula:

$$\frac{\text{Valor atual do item} \times 100}{\text{Valor do item no ano} - \text{base}}$$

Colocando em prática o cálculo do quadro 5:

$$\frac{56.127,50 \times 100}{43.188} = 129,96\%$$

Na análise horizontal, qualquer resultado acima de 100, a parte excedente significa total do aumento do valor nominal da verba. No caso do valor ser menor que 100, a diferença se refere a redução do valor nominal.

Nesse caso a conta Ativo Circulante teve um aumento do valor nominal de 20X1 para 20X2 de 29,96%.

Ao contrário da análise vertical, na análise horizontal não existe relação de soma entre os percentuais de variação de cada conta e o percentual de variação do total do grupo, ou seja, o somatório dos percentuais de cada conta não corresponde à variação percentual do total do grupo respectivo. (REIS 2009, p. 214)

Esse tipo de comparação só pode ser feita com valores correspondentes, ou seja, dois valores positivos ou dois valores negativos. Não existe possibilidade de comparação de um valor negativo e um positivo ou entre um valor e zero.

2.7.3 Índices de Liquidez

O objetivo do indicador de liquidez é avaliar a capacidade de pagamento de uma empresa, para com seus compromissos. A variação desses índices deve ser minuciosamente analisada, pois são de grande importância para os administradores e gestores na tomada de decisões.

É importante ressaltar que índice de liquidez e capacidade de pagamento são dois estudos distintos.

Muitas pessoas confundem índices de liquidez com índices de capacidade de pagamento. Os índices de liquidez não são índices extraídos do fluxo de caixa que comparam as entradas com as saídas de dinheiro. São índices

que, a partir do confronto dos Ativos Circulantes com as Dívidas, procuram medir quão sólida é a base financeira da empresa. Uma empresa com bons índices de liquidez tem condições de ter boa capacidade de pagar suas dívidas, mas não estará, obrigatoriamente, pagando suas dívidas em dia em função de outras variáveis como prazo, renovação de dívidas etc. (SILVA 2007 apud MATARAZZO 2003, p. 163 e 164)

O índice de liquidez é um método de indicar a capacidade que a empresa possui de pagar as suas dívidas, usando para isso a comparação dos direitos realizáveis com as exigibilidades.

Todos os índices são calculados através do uso dos valores de bens e direitos com obrigações da empresa, por meio de uma equação divisora. De maneira simplificada os índices medem quanto a empresa possui de valores monetários para cada unidade monetária que deve.

Os indicadores de liquidez são divididos em quatro: liquidez imediata ou instantânea, liquidez corrente ou comum, liquidez seca e liquidez geral ou total os quais serão apresentados separadamente a seguir.

2.7.3.1 Liquidez Imediata ou Instantânea

O índice de liquidez imediata (ILI), de todos não é considerado um dos mais importantes, visto que as empresas não costumam manter valores altos em caixas e bancos e as dívidas podem ter vencimento de até 360 dias.

A liquidez imediata demonstra a quantia de disponível que a empresa possui para saldar suas dívidas de curto prazo.

Fórmula para cálculo do ILI:

$$\text{Liquidez Imediata} = \frac{\text{Disponibilidade}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Cálculo do ILI da Cia Fulana de Tal:

$$\text{Liquidez Imediata} = \frac{3.395.995}{4.972.197} = 0,68$$

Para a interpretação do cálculo é muito utilizada a expressão “Quanto maior Melhor”, pois, para todos os índices de liquidez, quanto maior o valor do índice maior a capacidade que a empresa tem de saldar suas dívidas. No caso da liquidez imediata esse valor é relativamente baixo, justamente pelo fato das empresas não possuírem valores altos em caixa, bancos ou aplicações financeiras de resgate imediato.

No caso da Cia Fulana de Tal, para cada R\$ 1,00 (um real) de dívida em curto prazo que a empresa possui, ela tem R\$ 0,68 (sessenta e oito centavos) para saldar.

Segundo Assaf Neto (2006, p. 190), o índice de Liquidez Imediata:

Revela a porcentagem das dívidas a curto prazo (circulante) em condições se serem liquidadas imediatamente. Esse quociente é normalmente baixo pelo pouco interesse das empresas em manter recursos monetários em caixa, ativo operacionalmente de reduzida rentabilidade. (ASSAF NETO 2006, p. 190)

A falta de interesse das empresas em manterem valores altos disponíveis, ocorre pelo alto desenvolvimento do mercado de crédito, que com a facilidade para aquisição, não é aconselhável que a empresa deixe de investir em sua atividade para manter grande quantia em disponibilidades.

2.7.3.2 Liquidez Corrente

O índice de liquidez corrente (ILC), permite a empresa analisar sua capacidade de pagamento de dívidas a curto prazo. É possível verificar quais os valores que são disponíveis e realizáveis no período de um ano, para pagamento de dívidas que incidirem no mesmo período de tempo.

De acordo com Reis (2009), a Liquidez Corrente:

Permite verificar a capacidade de pagamento a curto prazo, ou seja, quanto a empresa tem de valores disponíveis e realizáveis dentro de um ano para garantir o pagamento de suas dívidas vencíveis no mesmo período. (REIS 2009, p. 328)

O ILC é o índice mais utilizado pelas empresas para medir a situação econômico financeira.

Fórmula para cálculo do ILC:

$$Liquidez\ Corrente = \frac{Ativo\ Circulante}{Passivo\ circulante}$$

Cálculo do ILI da Cia Fulana de Tal:

$$Liquidez\ Corrente = \frac{5.680.880}{4.972.197} = 1,14$$

Através do cálculo do ILC observamos que a Cia fulana de Tal na data do balanço conta com R\$ 1,14 (um real e quatorze centavos) de valores circulantes (dinheiro, bens e direitos realizáveis em curto prazo), para cobrir cada R\$ 1,00 (um real) de dívidas de curto prazo (no período de 12 meses).

Pode-se considerar que a Cia Fulana de Tal possui um ILC com característica apertada. Para melhor entendimento segue quadro abaixo para demonstrar como se dá a classificação da condição de pagamento obtido pela liquidez corrente.

Quadro 7 - Classificação da Liquidez Corrente

LIQUIDEZ CORRENTE	CAPACIDADE DE PAGAMENTO A CURTO PRAZO
	Boa (Folgada)
1,50	
	Normal
1,30	
	Pouca Folga
1,20	
	Apertada
1,00	
0,99	Deficitária
	

Fonte: Reis (2009, p. 329) adaptado.

O ILC é considerado favorável quando é superior a 1, quando o índice é inferior a 1 demonstra a incapacidade da empresa em saldar seus compromissos.

2.7.3.3 Liquidez Seca

O índice de liquidez seca (ILS) possui grande relação com o de liquidez corrente. É basicamente o cálculo da capacidade que a empresa possui de saldar suas obrigações sem contar com os estoques.

Esse índice é geralmente utilizado quando a empresa possui uma rotação de estoque muito baixa. Nesse caso ressalta a importância de um bom gerenciamento do volume de compras.

Este indicador é muito útil quando necessitamos ver a capacidade de pagamento da empresa nas situações em que a mesma tem uma rotação de estoque muito baixa, o que pode refletir uma má gestão sobre o volume de compras de material para revenda ou industrialização. No cálculo deste indicador, devemos eliminar os estoques do total do Ativo Circulante. Este indicador é denominado também como Prova Ácida (*acidtestratio*) ou Quociente Absoluto de Liquidez. (SILVA 2007, p. 108)

O ILS serve para verificar qual o grau de eficiência a empresa possui em saldar suas obrigações a curto prazo, sem contar com seus estoques. Os estoques são desconsiderados, pois podem estar obsoletos e não apresentar verdadeiramente os saldos.

Fórmula para cálculo do ILS:

$$\text{Liquidez Seca} = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Cálculo do ILS da Cia Fulana de Tal:

$$\text{Liquidez Seca} = \frac{5.680.880 - 1.042.650}{4.972.197} = 0,93$$

Neste caso a Cia Fulana de Tal possui R\$ 0,93 (noventa e três centavos) de disponível para saldar cada R\$ 1,00 (um real) de dívidas de curto prazo.

É necessário salientar que se a empresa possuir um saldo muito elevado de estoque, os analistas ou possíveis investidores podem considerar que a empresa não possui políticas de compra e venda adequadas.

2.7.3.4 Liquidez Geral ou Total

Por meio deste índice conseguimos analisar a capacidade de pagamento de uma empresa como um todo. O índice de liquidez geral (ILG) revela a capacidade de pagamento que a empresa possui a longo prazo, levando em consideração tudo que pode ser convertido em dinheiro, a curto e longo prazo, em relação com tudo que a empresa adquiriu em dívidas, também em curto e longo prazo.

Através deste índice é possível perceber toda capacidade de pagamento da empresa a Longo Prazo, considerando tudo o que ela converterá em dinheiro (a Curto e a Longo Prazo), relacionando-se com tudo o que já assumiu como dívida (a Curto e a Longo Prazo). (SILVA 2007, p. 107)

Para a avaliação do ILG há um fator muito importante a ser considerado e que possui grande influência, que são os prazos de recebimentos e pagamentos de produtos no ciclo operacional da empresa. Exemplo: os supermercados fazem suas compras à prazo, porém, vendem quase tudo à vista, ao fazer a comparação entre o ativo e passivo desta empresa vai ocorrer uma divergência, contudo os estoques giram com uma velocidade alta o que faz com que os fornecedores sejam pagos em dia.

Não deve ser esquecido que existindo a possibilidade de divergência entre as datas de recebimentos e de pagamentos, a análise de longo prazo pode gerar distorções bastante acentuadas. Neste caso, é interessante obter a composição e a finalidade dos créditos a receber e dos financiamentos de longo prazo, com vistas a determinar os prazos de realização dos mesmos. (SILVA 2007, p. 107)

Para Assaf Neto (2006, p. 191), “Esse indicador revela a liquidez, tanto a curto como a longo prazo. De cada \$ 1 que a empresa tem de dívida, o quanto existe de direitos e haveres no circulante e no realizável a longo prazo.”

Fórmula para cálculo do ILG:

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

Cálculo do ILG da Cia Fulana de Tal:

$$Liquidez Geral = \frac{5.680.880 + 366.989}{4.972.197 + 2.029.795} = 0,86$$

Quanto maior o resultado deste índice melhor, no caso da Cia Fulana de Tal para cada R\$ 1,00 (um real) de dívida total que possui, ela conta com R\$ 0,86 (oitenta e seis centavos) de valores disponíveis em curto e longo prazo para pagar. Nesse caso a Cia não possui um índice favorável, os índices com valores inferiores a 1 são considerados desfavoráveis, pois revelam a insuficiência de recursos da empresa em saldar seus compromissos.

2.7.4 Índices de Endividamento

O objetivo dos índices de endividamento é medir o nível de comprometimento que uma empresa tem do capital próprio com o capital de terceiros. A análise desse indicador demonstra qual o sistema de obtenção de recursos da empresa.

Estes indicadores estão relacionados à composição dos capitais (próprios e de terceiros) e medem os níveis de imobilização de recursos, que buscam identificar diversas relações na estrutura da dívida da empresa. De certa forma, estes indicadores estão ligados às decisões de financiamento e investimento, servindo, portanto, para demonstrar as grandes linhas de decisões financeiras adotadas pela empresa, em termos de obtenção e aplicação de recursos. (SILVA 2007, p. 109)

Os índices de endividamento são classificados em quatro: participação de capital de terceiros, composição do endividamento, imobilização do patrimônio líquido e imobilização dos recursos não correntes.

Cada um destes índices tem uma importância particular para a análise da situação econômico financeira das empresas. Através dos indicadores podemos verificar a quantidade de capital de terceiros que possui vencimento a curto prazo, a quantidade de capital próprio e recursos não correntes são aplicados no ativo permanente ou elucidar o grau de risco contido em financiamentos e empréstimos.

Para uso interno da empresa, os indicadores de endividamento sinalizam o grau de risco acarretado pelos financiamentos. A administração financeira também se preocupa com os níveis de endividamento porque bancos, fornecedores, clientes e concorrentes também avaliam a solidez financeira da empresa com base nesses indicadores. (SILVA 2007, p. 109 e 110)

Os indicados são utilizados como base por investidores, fornecedores, bancos, ou qualquer parte interessada para avaliação da estabilidade financeira da empresa.

2.7.4.1 Participação de Capital de Terceiros

O índice de participação de capital de terceiros (PCT), também chamado de grau de endividamento, indica qual o percentual de capital de terceiros a empresa possui em relação ao patrimônio líquido. O capital de terceiros é formado pela soma do passivo circulante (PC) com exigível a longo prazo (ELP), que resulta no endividamento da empresa.

Do ponto de vista do lucro, MATARAZZO (2003, p. 154) sinaliza que pode ser vantajoso trabalhar com capitais de terceiros desde que seu custo seja inferior ao lucro conseguido com a sua aplicação nos negócios. Por outro lado, do ponto de vista financeiro pode ser preocupante, porque revela uma menor liberdade de decisões financeiras da empresa ou uma maior dependência para com terceiros. (SILVA 2007, p. 110)

Um endividamento muito alto pode ser preocupante, pois revela a dependência que a empresa possui em relação ao capital de terceiros.

Fórmula para cálculo da PCT:

$$\text{Grau de Endividamento} = \frac{\text{Capital de Terceiros (PC + ELP)}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$$

Na avaliação do risco da empresa a interpretação do cálculo se dá em “Quanto menor melhor”. Mesmo nos casos em que o custo do capital de terceiros é menor que o lucro, um índice elevado é ariscado por deixar a empresa sem liberdade financeira para tomada de decisões.

2.7.4.2 Composição do Endividamento

O indicador de composição do endividamento (CE) serve para avaliar qual o volume de dívidas total da empresa deve ser paga em curto prazo. É a comparação dos compromissos de curto prazo com as dívidas totais.

O estudo deste indicador nos permite visualizar o perfil da dívida da empresa. O alongamento do perfil da dívida pode ser explicado pela renegociação de dívidas antigas vencíveis no curto prazo ou pela contratação de novos empréstimos com prazos de vencimento mais dilatados. É importante que o analista identifique as causas determinantes das variações nestes indicadores através da leitura do Relatório da Administração e das Notas Explicativas, bem como observe as variações ocorridas na estrutura do Ativo e Passivo Exigível, através da Análise Vertical. (SILVA 2007, p. 111)

Através desse índice pode ser identificado se a empresa concentra seu volume maior de dívidas a curto ou a longo prazo.

Fórmula para cálculo da CE:

$$\text{Composição do Endividamento} = \frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Capital de Terceiros (PC + ELP)}} \times 100$$

Quanto menor o índice de CE, menor o valor de recursos que a empresa terá que gerar para honrar seus compromissos de curto prazo.

2.7.4.3 Imobilização do Patrimônio Líquido

O índice de imobilização do patrimônio líquido (IPL) indica qual a proporção do PL da empresa que se encontra aplicado no ativo permanente. Em termos simplificados a quantidade que o PL financia do ativo permanente da empresa.

Quanto mais a empresa investir no Ativo Permanente, mais ela se torna dependente de capitais de terceiros para o seu capital de giro. A análise deste índice possibilita a identificação de quanto do Patrimônio Líquido da empresa está aplicado no Ativo Permanente, revelando assim o volume de Capital Circulante Próprio. (SILVA 2007, p. 112)

Desta maneira a IPL indica qual o grau de dependência de recursos de terceiros da empresa para sua continuidade.

Fórmula para cálculo da IPL:

$$\text{Imobilização do Patrimônio Líquido} = \frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$$

Quanto menor o valor do PL da empresa aplicado no ativo permanente melhor. Quando a empresa tem a necessidade de investir no ativo permanente é preferível que busque por financiamento de longo prazo, com taxas de juros menores.

2.7.4.4 Imobilização dos Recursos não Correntes

Através do índice de imobilização dos recursos não correntes (IRNC) podemos identificar os percentuais de recursos não correntes aplicados no ativo permanente.

Os recursos não correntes são formados pelo Patrimônio Líquido somado ao Exigível a Longo Prazo. Abaixo segue a fórmula para o cálculo da IRNC:

$$\text{Imobilização dos Recursos não Correntes} = \frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Patrimônio Líquido} + \text{ELP}} \times 100$$

Quanto menor o resultado da IRNC melhor. Quando o índice for maior que 1, indica que a soma do PL e do ELP da empresa não é suficiente para cobrir os investimentos do ativo permanente.

Quando este índice for superior a 1,0, teremos a evidência de que o PL + ELP não apresenta valor suficiente para cobrir os investimentos no Ativo Permanente, o que logicamente nos leva a concluir que estes foram adquiridos com recursos do Disponível ou, ainda, financiados com recursos de terceiros com vencimento no curto prazo, trazendo reflexo para o nível de liquidez da empresa. (SILVA 2007, p. 112)

O resultado superior a 1 indica que a empresa adquiriu ativos permanentes financiados pelas disponibilidades ou por recursos de terceiros de curto prazo, o que não é indicado pois causa grande impacto nos índices de liquidez.

2.7.5 Índices de Rentabilidade

Os índices de rentabilidade têm a função de avaliar qual a capacidade de geração de lucro de uma empresa através de todo capital nela investido.

Esse índice mede além do retorno do capital próprio, o giro do ativo, a margem líquida da comercialização de mercadorias e a rentabilidade do ativo.

Os índices de rentabilidade medem a capacidade de produzir lucro de todo o capital investido nos negócios (próprios e de terceiros), enquanto os de remuneração medem o ganho, ou, como o próprio nome diz, a remuneração obtida pelo capital próprio. (REIS 2009, p. 288)

Esse indicador evidencia quanto rende os investimentos efetuados pela empresa. A rentabilidade é o grau de retorno de um negócio, portanto, o lucro que a

empresa obteve. Através desse indicador pode ser analisado além do lucro gerado, também, como ele foi gerado.

Todo empresário ou investidor espera que o capital investido seja adequadamente remunerado e, por outro lado, os financiadores ou fornecedores de capital desejam ter a certeza de que o financiado é capaz de gerar lucro suficiente para remunerar seus ativos e ainda honrar os financiamentos. (SILVA 2007, p. 113)

Apesar de existirem muitos indicadores sócios econômicos, os de rentabilidade estão dentre os que mais interessam aos sócios, acionistas ou investidores, pois evidenciam o retorno obtido através do capital investido.

2.7.5.1 Giro do Ativo

O giro do ativo (GA) demonstra no período de um ano, quantas vezes a empresa recuperou o valor do seu ativo através das vendas. Quanto mais elevado for esse índice melhor o nível de eficiência na utilização dos recursos investidos.

Este indicador estabelece a relação entre as vendas do período e os investimentos totais efetuados na empresa, expressando o nível de eficiência com que são utilizados os recursos aplicados, ou seja, a PRODUTIVIDADE dos investimentos totais (ativo Total). (SILVA 2007, p. 113)

Esse indicador revela se o faturamento gerado pelas vendas do período é suficiente para cobrir o investimento efetuado.

Formula para cálculo do giro do Ativo:

$$\text{Giro do Ativo} = \frac{\text{Vendas Líquidas}}{\text{Ativo Total}}$$

Quanto maior o resultado do giro do ativo melhor.

2.7.5.2 Margem Líquida

A margem líquida (ML), também chamada de retorno sobre vendas, é o índice pelo qual analisamos qual foi o retorno líquido da empresa sobre o seu faturamento.

Nesse índice é feita a comparação do lucro líquido com as vendas líquidas, com isso extraindo o percentual de lucratividade da empresa no período.

Não existe um índice ideal, o analista deverá comparar o índice apurado com a média verificada no segmento ou região onde opera a empresa. Muitos fatores podem influenciar a rentabilidade sobre as vendas, dentre os quais destacamos o ramo de atividade, a rotação dos estoques, mercados, custos de produção, produtividades, dentre outros. (SILVA 2007, p. 114)

O retorno líquido que obtemos com esse indicador é após a dedução das despesas operacionais e não operacionais.

Fórmula para cálculo da margem líquida:

$$Margem\ Líquida = \frac{Lucro\ Líquido}{Vendas\ Líquidas} \times 100$$

2.7.5.3 Rentabilidade/Retorno do Ativo Total

A rentabilidade/retorno do ativo total (RAT) ou como também é denominada Taxa de Retorno sobre o Ativo Total (ROA – *Return on Total Assets*) ou meramente Taxa de Retorno sobre Investimentos (ROI – *Return on Investment*), tem por objetivo medir a eficiência na geração de lucros da empresa como um todo.

Esse indicador é utilizado quando há a necessidade de quantificar a lucratividade do empreendimento, sem considerar de onde vem os recursos, apenas as aplicações realizadas.

Fórmula para cálculo da rentabilidade do ativo:

$$Rentabilidade\ do\ Ativo = \frac{Lucro\ Líquido}{Ativo\ Total} \times 100$$

Para a interpretação do cálculo é utilizada a frase “Quanto maior, melhor”.

2.7.5.4 Rentabilidade/Retorno sobre Patrimônio Líquido

A rentabilidade ou retorno sobre o patrimônio líquido (RPL), em inglês (ROE – *Return On Equity*), mostra qual a rentabilidade do capital da empresa investido

pelos sócios e acionistas. Apresenta qual o retorno que os mesmos estão recebendo pelo seu investimento.

Também denominada de Taxa de Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE – *Return on Equity*), este indicador apresenta o retorno que os acionistas ou quotistas da empresa estão obtendo em relação aos seus investimentos na empresa, ficando patente o prêmio do investidor ou proprietário pelo risco de seu empreendimento quando o indicador (taxa) obtido é superior à taxa média de juros do mercado. (SILVA 2007, p. 115)

Esse indicador mede o quanto a empresa rende com a utilização de recursos que já são pertencentes a ela, ou seja, quanto ela cresce usando o que ela já tem.

Fórmula para cálculo da rentabilidade do patrimônio líquido:

$$\text{Rentabilidade do Patrimônio Líquido} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$$

Para Reis (2009, p. 306), o retorno do capital próprio “Mede quanto retornará de lucro ao acionista para cada unidade monetária investida na empresa.”

2.7.6 Índice de Alavancagem Financeira

A alavancagem financeira consiste na avaliação da capacidade de uma empresa em trabalhar com recursos captados de terceiros, para a maximização da variação do lucro de uma empresa.

A alavancagem é a capacidade da empresa em se utilizar de encargos financeiros fixos para aumentar seu LAJIR (lucro antes de juros e imposto de renda).

A Alavancagem Financeira é a medida que avalia a capacidade da empresa em utilizar encargos financeiros fixos para maximizar os efeitos da variação do lucro. A força da Alavancagem Financeira pode aumentar o retorno dos investimentos dos acionistas e, frequentemente, há vantagens fiscais associadas com a obtenção de empréstimos, por conta da possibilidade de dedução no Imposto de Renda das despesas com os juros. (SILVA 2007, p.119)

A utilização da alavancagem financeira traz consigo grandes riscos, pois, se houver um aumento desmedido da captação do capital de terceiros (empréstimos, financiamentos, debêntures, entre outros), pode ocorrer o enriquecimento dos sócios

através da alavancagem e o empobrecimento da empresa, ao não conseguir honrar com todas as obrigações, correndo risco de falência.

[...] os proprietários estão interessados em melhorar o retorno de investimento, seus dividendos, com dinheiro e financiamento de terceiros, que aumentam o Ativo (Investimento) da empresa, a Receita (as Vendas) e, conseqüentemente, o Lucro Líquido. Todavia, o aumento desmedido do endividamento e conseqüente aumento da Taxa de Retorno do Patrimônio Líquido poderá enfraquecer o tripé da empresa, propiciando enriquecimento dos proprietários e empobrecimento da empresa. (MARION 2009, p. 131)

O uso de capital de terceiros para a alavancagem é interessante sempre que seu custo for menor que o retorno obtido com ele, porém, mesmo trazendo benefícios, deve ser dosado para que não traga maiores riscos.

2.7.6.1 Grau de Alavancagem Financeira (GAF)

O GAF é um componente importante na indicação do grau de risco que uma empresa corre com a utilização de capital de terceiros. Quanto maior o grau de alavancagem financeira de uma empresa, maior o risco que ela corre.

Com o estudo da Alavancagem Financeira determina-se o grau de impacto nos resultados decorrentes da utilização de capitais de terceiros. As empresas que são altamente alavancadas correm o risco de falência caso não sejam capazes de honrar os seus financiamentos, ou demonstrem incapacidade de encontrar novos financiadores quando não conseguirem renegociar o perfil das dívidas de longo prazo. (SILVA 2007, p. 119)

Fórmula para cálculo do GAF:

$$GAF = \frac{\text{Retorno sobre PL}}{\text{Retorno sobre Ativo Total}}$$

Quanto maior o resultado do grau de alavancagem financeira (GAF), melhor.

[...] quando a empresa toma emprestado a um custo superior a taxa de retorno que pode aplicar esses recursos, o proprietário cobre este resultado desfavorável mediante seus resultados líquidos, onerando suas taxas de retorno, ou seja, reduzindo sua rentabilidade. (SILVA 2007, p. 120)

Em relação ao resultado do GAF, quando o resultado for:

- Maior que 1 – Alavancagem financeira considerada favorável: foi interessante a utilização de capital de terceiros, pois os recursos impactaram de maneira positiva no retorno do capital próprio, tendo assim um aumento na rentabilidade;

- Igual a 1 – Alavancagem financeira considerada nula: nessa situação não houve uma alavancagem financeira. A captação de recursos junto a terceiros não resultou no aumento da rentabilidade da empresa;
- Menor que 1 – Alavancagem financeira considerada desfavorável: foi totalmente desfavorável a utilização de capital de terceiros, pois os mesmos não tiveram impacto positivo no retorno do capital próprio, causando uma diminuição da rentabilidade.

3 METODOLOGIA

Para delinear a tipologia da pesquisa abordada, Beuren (2009) diz que é preciso definir três categorias: quanto aos objetivos, que contempla a pesquisa exploratória, descritiva e explicativa; quanto aos procedimentos, que aborda o estudo de caso, o levantamento, a pesquisa bibliográfica, documental, participante e experimental; e quanto à abordagem do problema, que aborda a pesquisa qualitativa e a quantitativa.

Conforme a definição de Gil (2009), a pesquisa é “[...] o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos.” Desta forma a pesquisa procura por soluções de problemas proposto pelo pesquisador.

Segundo Marconi e Lakatos (2004), “a pesquisa, portanto, é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais.”

No presente trabalho foi utilizada pesquisa bibliográfica, com busca em livros, publicações disponíveis na biblioteca e na internet. Para Marconi e Lakatos (2004), “pesquisa bibliográfica ou fontes secundárias, consiste em todo e qualquer tipo de estudo realizado e publicado sobre o tema.”

A pesquisa é um estudo de caso, de caráter exploratório, quantitativa e com coleta e análise de dados. Os dados utilizados serão Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício do ano de 2013 da empresa Laticínios Casterleite Ltda.

Segundo Bardin (2009), “a análise de conteúdo, enquanto método torna-se um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens.”

4 DISCUSSÃO DE RESULTADOS

4.1 HISTÓRICO DA EMPRESA

A empresa escolhida para o estudo de caso, Laticínios Casterleite Ltda., tem como atividade econômica principal fabricação de laticínios. É uma empresa optante pelo lucro presumido, situada na Rod. Br Ar-1, saída para Juruena, no município de Castanheira-MT.

A contabilidade da empresa é realizada por um escritório contábil terceirizado, no próprio município. A empresa possui 20 (vinte) funcionários registrados.

Atualmente a empresa de Laticínios Casterleite Ltda. trabalha com diversos produtos, sendo a Mussarela o produto dominante, seguido pelo Queijo Coalho, Queijo Prato e Queijo Parmesão. No início deste ano de 2014, foi lançada no mercado uma bebida láctea, que vem sendo uma inovação e tem tido ótimos resultados, segundo o empresário, “a bebida láctea vem trazendo grandes expectativas para ser um novo produto que venha alavancar as economias do laticínio e da região, colocando o município de castanheira mais uma vez em destaque”.

A empresa vem atendendo os municípios do Vale do Juruena, Vale do Arinos, dentre outros.

4.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A seguir apresentamos o Balanço Patrimonial (BP) e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do ano de 2013 fornecidos através do escritório terceirizado que faz a contabilização da empresa, que serão utilizados para os cálculos dos índices que evidenciarão a situação econômico-financeira da empresa.

Quadro 8 - Balanço Patrimonial Empresa Ano 2013

Balanço Patrimonial			
Ativo		Passivo	
10001-8 Caixa	17.654,11	20001-7 Fornecedores	100.423,00
10003-4 Bancos c/ Movimento	55.879,30	20003-4 Duplicatas a Pagar	5.122,00
10005-1 Duplic. A Receber	254.201,11	20005-1 Impostos a Recolher	15.214,00
10006-8 Estoques	229.600,00	20006-8 Emprest. Bancários	25.778,00
10007-3 ICMS a Recup.	62.169,22	20008-5 Elektro a Pagar	-
10008-5 Veículo	395.000,00	20010-2 Sabesp a Pagar	-
10010-2 Máquinas e Equip.	332.620,61	20011-9 Telefônica a Pagar	-
10011-8 Deprec. Acumulada	(4.445,55)	20013-6 Salários a Pagar	7.654,30
		20014-9 ICMS a Recolher	4.620,39
		20015-3 Honor. Adv. a Pg	-
		20017-0 Honor. Contáb. a Pg	700,00
		20018-7 Financiamentos	-
		20020-4 Capital Social	10.000,00
		20022-1 Lucros Prej Acum.	1.173.167,11
Total do Ativo	1.342.678,80	Total do Passivo	1.342.678,80

Fonte: Dados fornecidos pela contabilidade.

Quadro 9 - Demonstração do Resultado do Exercício Empresa Ano 2013

DRE	
30011-7 Receita de Vendas	4.350.761,68
30013-4 Receita de Serviços	-
30015-1 Receita Não Operac.	-
30016-8 Desc. Obtido	-
30018-5 Juros Ativos	-

30020-2 (-) Impostos s/ Vendas	(399.570,67)
40001-7 Salários e Orden.	(205.230,00)
40003-4 Energia Elétrica	(118.272,00)
40005-1 Cons. de Água	(5.124,30)
40006-8 Telefone	(6.959,60)
40008-5 Mat. Escritório	(4.656,00)
40010-2 Correios	-
40012-4 Desc. Concedido	(47.546,00)
40013-5 Const. Empresas	-
40014-7 Juros Passivos	(10.101,00)
40015-2 Desp. Depreciação	(27.258,00)
40016-4 Honor. Advoc.	(15.320,00)
40018-1 Honor. Contáb.	(15.256,00)
40019-8 C.M.V	(2.322.301,00)
40021-5 D.R.E	-
Lucros e Prejuízos Acumulados	1.173.167,11

Fonte: Dados fornecidos pela contabilidade.

A partir da análise do Balanço e DRE fornecidos pela contabilidade da empresa, podemos observar que há a necessidade de adequações e alocação de grupos de contas. A seguir a apresentação dos demonstrativos com as devidas adequações.

Quadro 10 - Balanço Patrimonial (Adaptado) Empresa Ano 2013

BALANÇO PATRIMONIAL			
ATIVO		PASSIVO	
ATIVO CIRCULANTE		PASSIVO CIRCULANTE	
10001-8 Caixa	17.654,11	20001-7 Fornecedores	100.423,00
10003-4 Bancos c/ Movimento	55.879,30	20003-4 Duplicatas a Pagar	5.122,00
10005-1 Duplic. A Receber	254.201,11	20005-1 Impostos a Recolher	15.214,00

10006-8 Estoques	229.600,00	20013-6 Salários a Pagar	7.654,30
10007-3 ICMS a Recup.	62.169,22	20014-9 ICMS a Recolher	4.620,39
		20017-0 Honor. Contáb. a Pg	700,00
Total do ativo circulante	619.503,74	Total do passivo circulante	133.733,69
ATIVO NÃO CIRCULANTE		PASSIVO NÃO CIRCULANTE	
10008-5 Veículo	395.000,00	20006-8 Emprést. Bancários	25.778,00
10010-2 Máquinas e Equip.	332.620,61		
10011-8 Deprec. Acumulada	(4.445,55)		
Total ativo não circulante	723.175,06	Total passivo não circulante	25.778,00
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
		20020-4 Capital Social	10.000,00
		20022-1 Lucros Prej Acum.	1.173.167,11
Total do Ativo	1.342.678,80	Total do Passivo	1.342.678,80

Fonte: Autora – adaptado de dados fornecidos pela contabilidade.

Quadro 11 - Demonstração do Resultado do Exercício (Adaptado) Empresa Ano 2013

DRE	
30011-7 Receita de Vendas	4.350.761,68
30020-2 (-) Impostos s/ Vendas	(295.289,46)
RECEITA LÍQUIDA	4.055.472,22
40019-8 C.P.V (custo dos produtos vendidos)	(2.322.301,00)
LUCRO BRUTO	1.733.171,22
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	
40001-7 Salários e Orden.	(205.230,00)
40003-4 Energia Elétrica	(118.272,00)
40005-1 Cons. de Água	(5.124,30)
40006-8 Telefone	(6.959,60)
40008-5 Mat. Escritório	(4.656,00)

40015-2 Desp. Depreciação	(27.258,00)
40016-4 Honor. Advoc.	(15.320,00)
40018-1 Honor. Contáb.	(15.256,00)
DESPESAS FINANCEIRAS	
40012-4 Desc. Concedido	(47.546,00)
40014-7 Juros Passivos	(10.101,00)
LUCRO ANTES DE IR E CSLL	1.277.448,32
IR e CSLL	(104.281,21)
LUCRO LÍQUIDO	1.173.167,11

Fonte: Autora – adaptado de dados fornecidos pela contabilidade.

4.2.1 Análise Vertical

Para a análise vertical serão utilizados o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício do ano de 2013 da empresa Laticínios Casterleite Ltda.

Quadro 12 - Análise Vertical Balanço Patrimonial da Empresa Ano 2013 (ATIVO)

BALANÇO PATRIMONIAL		
ATIVO		
ATIVO CIRCULANTE	R\$	A.V %
10001-8 Caixa	17.654,11	1,31
10003-4 Bancos c/ Movimento	55.879,30	4,16
10005-1 Duplic. A Receber	254.201,11	18,93
10006-8 Estoques	229.600,00	17,10
10007-3 ICMS a Recup	62.169,22	4,63
Total do ativo circulante	619.503,74	46,14
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
10008-5 Veículo	395.000,00	29,42
10010-2 Máquinas e Equip.	332.620,61	24,77
10011-8 Deprec. Acumulada	-4.445,55	- 0,33
Total ativo não circulante	723.175,06	53,86
Total do Ativo	1.342.678,80	100%

Fonte: Autora – adaptado de dados fornecidos pela contabilidade.

Quadro 13 - Análise Vertical Balanço Patrimonial da Empresa Ano 2013 (PASSIVO)

BALANÇO PATRIMONIAL		
PASSIVO		
PASSIVO CIRCULANTE	R\$	A.V %
20001-7 Fornecedores	100.423,00	7,48
20003-4 Duplicatas a Pagar	5.122,00	0,38
20005-1 Impostos a Recolher	15.214,00	1,13
20013-6 Salários a Pagar	7.654,30	0,57
20014-9 ICMS a Recolher	4.620,39	0,34
20017-0 Honor. Contáb. a Pg	700	0,05
Total do passivo circulante	133.733,69	9,96
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
20006-8 Emprést. Bancários	25.778,00	1,92
Total passivo não circulante	25.778,00	1,92
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
20020-4 Capital Social	10.000,00	0,74
20022-1 Lucros Prej Acum	1.173.167,11	87,38
Total do Passivo	1.342.678,80	100%

Fonte: Autora – adaptado de dados fornecidos pela contabilidade.

Através do balanço patrimonial acima é possível analisar separadamente o percentual de cada conta em relação ao seu total.

Observa-se que no lado do ativo o não circulante possui um percentual minimamente maior. Já do lado do passivo, tanto o circulante como o não circulante possuem percentuais baixos, mantendo assim o patrimônio líquido com 88,12% do total do passivo.

Quadro 14 - Análise Vertical DRE da Empresa Ano 2013

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE		
	R\$	A.V %
30011-7 Receita de Vendas	4.350.761,68	
30020-2 (-) Impostos s/ Vendas	-295.289,46	
RECEITA LÍQUIDA	4.055.472,22	100%
40019-8 C.P.V (custo dos produtos vendidos)	(2.322.301,00)	-57,26
LUCRO BRUTO	1.733.171,22	42,74
DESPESAS ADMINISTRATIVAS		
40001-7 Salários e Orden.	-205.230,00	-5,06
40003-4 Energia Elétrica	-118.272,00	-2,92
40005-1 Cons. de Água	-5.124,30	-0,13
40006-8 Telefone	-6.959,60	-0,17
40008-5 Mat. Escritório	-4.656,00	-0,11
40015-2 Desp. Depreciação	-27.258,00	-0,67
40016-4 Honor. Advoc.	-15.320,00	-0,38
40018-1 Honor. Contáb.	-15.256,00	-0,38
DESPESAS FINANCEIRAS		
40012-4 Desc. Concedido	-47.546,00	-1,17
40014-7 Juros Passivos	-10.101,00	-0,25
LUCRO ANTES DE IR E CSLL	1.277.448,32	31,50
IR e CSLL	-104.281,21	-2,57
LUCRO LÍQUIDO	1.173.167,11	28,93

Fonte: Autora – adaptado de dados fornecidos pela contabilidade.

4.2.2 Cálculos dos Índices de Liquidez

- Índice de liquidez imediata:

$$Liquidez Imediata = \frac{Disponibilidade}{Passivo Circulante}$$

$$Liquidez Imediata = \frac{73.533,41}{133.733,69} = 0,55$$

Análise: o ILI revela que para cada R\$ 1,00 (um real) de dívidas a curto prazo que a empresa possui, ela tem R\$ 0,55 (cinquenta e cinco centavos) de valor

disponível para pagar. Ou seja, ela consegue cumprir com 55% das suas dívidas de curto prazo de imediato.

- Índice de liquidez corrente:

$$\text{Liquidez Corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo circulante}}$$

$$\text{Liquidez Corrente} = \frac{619.503,74}{133.733,69} = 4,63$$

Análise: o ILC revela que para cada R\$ 1,00 (um real) de dívidas de curto prazo a empresa possui R\$ 4,63 (quatro reais e sessenta e três centavos) para pagar. Ou seja, a empresa honra suas obrigações de curto prazo e ainda mantém uma folga de R\$ 3,63 (três reais e sessenta e três centavos). Pode-se dizer que a empresa em questão possui um ILC com característica boa (folgada).

- Índice de liquidez seca:

$$\text{Liquidez Seca} = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$\text{Liquidez Seca} = \frac{619.503,74 - 229.600,00}{133.733,69} = 2,92$$

Análise: o ILS revela que para cada R\$ 1,00 (um real) de dívidas de curto prazo a empresa possui R\$ 2,92 (dois reais e noventa e dois centavos) para pagar.

- Índice de liquidez geral:

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{619.503,74}{133.733,69 + 25.778,00} = 3,88$$

Análise: o ILG revelou que para cada R\$ 1,00 (um real) de dívidas de curto e longo prazo que a empresa possui, ela conta com R\$ 3,88 (três reais e oitenta e oito

centavos) de valores disponíveis em curto e longo prazo para pagar. Nesse caso a empresa pesquisada possui um índice muito favorável, que revela a auto suficiência de recursos para saldar todos os seus compromissos.

Quadro 15 - Dos Indicadores de Liquidez

DEFINIÇÃO DOS INDICES	INDICES DA EMPRESA
Índice de Liquidez Imediata	R\$ 0,55
Índice de liquidez Corrente	R\$ 4,63
Índice de Liquidez Seca	R\$ 2,92
Índice de Liquidez Geral	R\$ 3,88

Fonte: Elaborado pela Autora.

4.2.3 Cálculos dos Índices de Endividamento

- Índice de Participação de Capital de Terceiros:

$$\text{Grau de Endividamento} = \frac{\text{Capital de Terceiros (PC + ELP)}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$$

$$\text{Grau de Endividamento} = \frac{159.511,69}{1.183.167,11} \times 100 = 13,48$$

Análise: a empresa possui um grau de endividamento de 13,48%, ou seja, possui 13,48% de capital de terceiros em relação ao seu patrimônio líquido.

- Índice de Composição do Endividamento:

$$\text{Composição do Endividamento} = \frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Capital de Terceiros (PC + ELP)}} \times 100$$

$$\text{Composição do Endividamento} = \frac{133.733,69}{159.511,69} \times 100 = 83,84$$

Análise: a empresa tem a obrigação de honrar com 83,84% das suas dívidas totais no curto prazo, ou seja, do total de dívidas que a empresa possui, ela terá que gerar recursos para honrar com 83,84% em curto prazo. Isso caracteriza que a empresa mantém a maior parte do seu endividamento no curto prazo.

- Índice de Imobilização do Patrimônio Líquido:

$$\text{Imobilização do Patrimônio Líquido} = \frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$$

$$\text{Imobilização do Patrimônio Líquido} = \frac{723.175,06}{1.183.167,11} \times 100 = 61,12$$

Análise: a empresa possui 61,12% do seu patrimônio líquido aplicado no ativo permanente, ou seja, o PL da empresa está financiando 61,12% do ativo permanente.

- Índice de Imobilização do Recursos não Correntes:

$$\text{Imobilização dos Recursos não Correntes} = \frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Patrimônio Líquido} + \text{ELP}} \times 100$$

$$\text{Imobilização dos Recursos não Correntes} = \frac{723.175,06}{1.183.167,11 + 25.778,00} \times 100 = 59,82$$

Análise: a empresa tem 59,82% dos seus recursos não correntes aplicados no ativo permanente, o que indica que a empresa precisa de 59,82% dos seus recursos não correntes para cobrir os investimentos do ativo permanente.

Quadro 16 - Dos Indicadores de Endividamento

DEFINIÇÃO DOS INDICES	INDICES DA EMPRESA
Índice de Participação de Capital de Terceiros	13,48%
Índice de Composição do Endividamento	83,84%
Índice de Imobilização do Patrimônio Líquido	61,12%
Índice de Imobilização do Recursos não Correntes	59,82%

Fonte: Elaborado pela Autora.

4.2.4 Cálculos dos Índices de Rentabilidade

- Giro do Ativo:

$$\text{Giro do Ativo} = \frac{\text{Vendas Líquidas}}{\text{Ativo Total}}$$

$$\text{Giro do Ativo} = \frac{4.055.472,22}{1.342.678,80} = 3,02$$

Análise: a empresa recuperou 3 (três) vezes o valor do seu ativo através das vendas no ano de 2013. Isso demonstra um nível de eficiência elevado na utilização dos recursos investidos.

O faturamento que a empresa gerou com as vendas no período foi suficiente para cobrir todos os investimentos efetuados com sobra.

- Margem Líquida:

$$\text{Margem Líquida} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas Líquidas}} \times 100$$

$$\text{Margem Líquida} = \frac{1.173.167,11}{4.055.472,22} \times 100 = 28,93$$

Análise: a empresa teve um retorno líquido sobre as vendas de 28,93%. Ou seja, através das suas vendas a empresa obteve 28,93% de lucratividade no ano de 2013.

- Índice de Rentabilidade ou Retorno do Ativo:

$$\text{Rentabilidade do Ativo} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}} \times 100$$

$$\text{Rentabilidade do Ativo} = \frac{1.173.167,11}{1.342.678,80} \times 100 = 87,38$$

Análise: a empresa obteve uma eficiência na geração de lucros de 87,38%. Esse índice revela que a empresa teve em 2013 uma lucratividade total de 87,38%, considerando todas as aplicações realizadas, independentemente de onde vem os recursos.

- Índice de Rentabilidade ou Retorno do Patrimônio Líquido:

$$\text{Rentabilidade do Patrimônio Líquido} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$$

$$\text{Rentabilidade do Patrimônio Líquido} = \frac{1.173.167,11}{1.183.167,11} \times 100 = 99,15$$

Análise: os sócios da empresa receberam pelos seus investimentos 99,15% de retorno. O sócio recebeu de lucro por cada unidade monetária investida na empresa 99,15%.

Quadro 17 - Dos Indicadores de Rentabilidade

DEFINIÇÃO DOS INDICES	INDICES DA EMPRESA
Giro do Ativo	3 vezes
Margem Líquida	28,93%
Índice de Rentabilidade ou Retorno do Ativo	87,38%
Índice de Rentabilidade ou Retorno do Patrimônio Líquido	99,15%

Fonte: Elaborado pela Autora.

4.2.5 Cálculo do Índice de Alavancagem Financeira

- Grau de Alavancagem Financeira (GAF):

$$GAF = \frac{\text{Retorno sobre PL}}{\text{Retorno sobre Ativo Total}}$$

$$GAF = \frac{99,15}{87,38} = 1,13$$

Análise: a empresa teve no ano de 2013 um grau de alavancagem financeira de 1,13, o que o considera favorável e com um risco mínimo.

A utilização do capital de terceiros para a empresa impactou de maneira positiva no retorno do capital próprio, acontecendo assim o aumento da rentabilidade.

4.3 PARECER DA SITUAÇÃO ECONOMICO-FINANCEIRA DA EMPRESA

Com o cálculo de todos os indicadores utilizados nesta pesquisa, podemos observar a situação econômico e financeira da empresa pesquisada.

Constatou-se através dos índices de liquidez calculados que a empresa possui recursos suficientes para saldar com todas as suas obrigações mantendo sempre uma folga, o que pode ser considerado um dos pontos fortes da empresa, porém, nos índices de liquidez corrente, seca e geral a folga que a empresa possui está bem elevada, o que pode ser consequência do alto valor de duplicatas a receber e grande quantia de estoques. Se a empresa conseguir atender às necessidades com um estoque um pouco mais reduzido e formular uma política de crédito e cobrança um pouco mais rigorosa, continuará com índices de liquidez bons, porém, terá mais disponível para investimentos.

Nos índices de endividamento a empresa possui apenas 13,48% das suas dívidas financiadas por capital de terceiros, o que pode ser melhorado, pois se a empresa utiliza capital de terceiros a um custo baixo, tem uma folga para utilizar com outros investimentos. No índice de composição do endividamento a empresa mantém a maior parte das suas obrigações no curto prazo, o que não é considerado mais aconselhável, pois no caso de impedimento de funcionamento por qualquer que seja o motivo a empresa não tem tempo de resolver a situação até o vencimento das dívidas. A imobilização do PL e dos recursos não correntes é considerada normal. Nesse caso a empresa não chega a ter um ponto fraco, mais sim um ponto a ser melhorado.

Através dos índices de rentabilidade, conclui-se que a empresa possui uma boa rentabilidade, onde, no decorrer do ano a empresa conseguiu recuperar 3 vezes o valor do seu ativo, através das vendas teve uma lucratividade de quase 30% e possui a rentabilidade do ativo e do PL elevados, o que caracteriza um ponto forte.

Com o cálculo do grau de alavancagem financeira observa-se que a empresa utilizou de maneira correta os recursos de terceiros no ano de 2013 e teve um aumento da rentabilidade através disso.

Por fim, constata-se que de modo geral a empresa possui uma situação econômico-financeira muito boa, com muitos pontos fortes e apenas alguns à melhorar. O que leva a refletir sobre a fidelidade das informações, pois, é difícil apenas um escritório terceirizado relatar a real situação ocorrida dentro da empresa. Observo que a empresa como vem se expandindo muito já sente a necessidade de uma contabilidade gerencial e não apenas a contabilidade terceirizada para efeitos legais, mantendo informações reais a empresa pode se utilizar das informações extraídas dos índices sem o menor receio e dúvida.

5 CONCLUSÃO

Através desta pesquisa pôde-se perceber que a contabilidade tem fundamental importância para o bom funcionamento de qualquer organização. Quando uma empresa possui uma contabilidade fiel e confiável, abre uma gama de possibilidades de estudos não apenas o patrimônio das mesmas, mas com o uso de ferramentas adequadas, produzir informações que podem ser o diferencial na tomada de decisões.

A contabilidade de uma empresa tem a obrigações de gerar informações e demonstrativos para atender a requisitos legais, porém, não pode se acomodar apenas a isso. O profissional contábil necessita imprescindivelmente de um conhecimento generalizado de toda a estrutura funcional da empresa, para que dessa maneira possa realizar seu trabalho de modo confiável e seguro, com informações claras e oportunas, que sirvam de base para uma contabilidade gerencial que ajude todos os usuários internos e externos (sócios, gestores, fornecedores, cliente, entre outros) a tomar suas decisões com total segurança.

A análise das demonstrações contábeis pelos indicadores financeiros permite ao usuário ter uma visão ampla sobre os negócios, visualizar qual o melhor caminho a seguir, onde investir e o que precisa ser melhorado.

O problema da pesquisa proposto inicialmente “Como as ferramentas de análise das demonstrações contábeis podem influenciar no processo de tomada de decisões e na evidenciação da situação econômica e financeira da empresa Laticínios Casterleite Ltda?”, após o cálculo de todos os índices utilizados, chega a sua resposta.

Pôde-se afirmar a extrema importância da análise através dos indicadores para a empresa pesquisada. Os índices de liquidez, endividamento e rentabilidade expõem a real situação econômico-financeira da empresa, relacionando sempre tudo que ela possui com o que deve, exaltando a necessidade de equilíbrio e verificação constante, o que será de grande valia para a tomada de decisões.

A realização da pesquisa trouxe a pesquisadora um riquíssimo conhecimento nessa área que era por ela pouco conhecida e dominada. A partir daqui surgiu uma enorme vontade em buscar mais conhecimento e se aprofundar no

assunto, para que possa orientar e auxiliar outras empresas que não se utilizam de ferramentas gerenciais para tomar suas decisões, o que muitas vezes pode ser o motivo do fracasso.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços, Um Enfoque Econômico Financeiro**. 8ª. ed. São Paulo: Atlas 2006.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações Contábeis: estrutura, análise e interpretação**. 5. Ed. – São Paulo: Atlas, 2003.

BUESA, Natasha Young. **A evolução histórica da contabilidade como ramo do conhecimento**. Revista Eletrônica Gestão e Negócios – Volume 1 – nº 1 – 2010. Disponível em:
<http://www.facsaooroque.br/novo/publicacoes/pdfs/natasha_adm.pdf>
Acesso em 19 de junho de 2014.

CERVO, Amado Luiz. BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. 5ª Ed. – São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.

Conselho Regional de Contabilidade do Paraná. **Práticas Contábeis aplicadas: às PME, ME, EPP e entidades se fins lucrativos**. Curitiba: CRCPR, 2013.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Gerencial: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2006.

_____. **Curso básico de Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2010.

DEMICHELI, Marcelo. **Teoria da Contabilidade**. 2007.

FIGUEIREDO, Nébia Maria Almeida de. **Método e Metodologia na Pesquisa Científica**. São Paulo: Difusão Editora, 2004.

FONTÃO, Melissa Neves Petropulos. **Retorno de Investimentos: Análise da melhor opção de investimento entre os quatro maiores bancos de 2008**. Florianópolis, 2009, 150 p. Trabalho de conclusão de curso (monografia) – Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projeto de Pesquisa**. 4º Ed. – 12 Reimpressão. São Paulo: Atlas, 2009.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira**. 7. ed.; Ed. Harbra; São Paulo; 2002.

HOJI, Masakazu. **Administração financeira e orçamentária: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

IBRACON NPC nº 27 – **Demonstrações Contábeis**. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/ibracon/npc27.htm>> Acesso 23 de Maio de 2014.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Contabilidade Comercial**. 6º ed. São Paulo: Atlas, 2004.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de Balanços**. – 9. ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

LIMA, Arievaldo Alves. **Contabilidade Básica**. 2006. Disponível em: <<http://contabilidadecomex.wordpress.com/2014/04/29/historia-da-contabilidade/>> Acesso 29 de Maio de 2014.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

_____. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. São Paulo: Atlas, 1998.

_____. **Contabilidade Empresarial**. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 1998.

_____. **Contabilidade empresarial**. 14º ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Análise das Demonstrações Contábeis: Contabilidade Empresarial**. 4. Ed. – São Paulo: Atlas, 2009.

PADOVEZE, Clóvis Luis. **Manual de Contabilidade Básica: uma introdução à prática contábil** – 5ª edição. São Paulo: Atlas, 2004.

Portal de Contabilidade. **Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)**. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/guia/demonstracaodoresultado.htm>> Acesso 20 de junho de 2014.

QUINTANA, Alexandre Costa. **Fluxo de Caixa: Demonstrações Contábeis**. Curitiba: Juruá, 2009.

REIS, Arnaldo Carlos de Rezende. **Demonstrações Contábeis: estrutura e análise**. 3. ed. – São Paulo: Saraiva, 2009.

SÁ, Antônio Lopes de. **História geral e das doutrinas da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1997.

_____. **Teoria da contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Teoria da contabilidade**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SCHMIDT, Paulo. **História do pensamento contábil**. Porto Alegre: Bookman, 2000.

SILVA, Alexandre Alcantara da. **Estrutura, Análise e Interpretação das Demonstrações Contábeis**. São Paulo: Atlas, 2007.

ANEXO

LATICINIOS CASTERLEITE LTDA ME - CNPJ 36.875.045/0001-57
Levantamento efetuado em 31/12/2013.

Balanco Patrimonial

Ativo		Passivo	
10001-8 Caixa	17.654,11	20001-7 Fornecedores	100.423,00
10003-4 Bancos c/ Movimento	55.879,30	20003-4 Duplicatas a Pagar	5.122,00
10005-1 Duplic. a Receber	254.201,11	20005-1 Impostos a Recolher	15.214,00
10006-8 Estoques	229.600,00	20006-8 Emprést. Bancários	25.778,00
10007-3 ICMS a Recup	62.169,22	20008-5 Elektro a Pagar	-
10008-5 Veículo	395.000,00	20010-2 Sabesp a Pagar	-
10010-2 Máquinas e Equip.	332.620,61	20011-9 Telefônica a Pagar	-
10011-8 Deprec. Acumulada	(4.445,55)	20013-6 Salários a Pagar	7.654,30
-	-	20014-9 ICMS a Recolher	4.620,39
-	-	20015-3 Honor. Adv. a Pg	-
-	-	20017-0 Honor. Contáb. a Pg.	700,00
-	-	20018-7 Financiamentos	-
-	-	20020-4 Capital Social	10.000,00
-	-	20022-1 LucrosPrej Acum	1.173.167,11
Total do Ativo	1.342.678,80	Total do Passivo	1.342.678,80

DRE	
30011-7 Receita de Vendas	4.350.761,68
30013-4 Receita de Serviços	-
30015-1 Receita Não Operac.	-
30016-8 Desc. Obtido	-
30018-5 Juros Ativos	-
30020-2 (-)Impostos s/ Vendas	(399.570,67)
40001-7 Salários e Orden.	(205.230,00)
40003-4 Energia Elétrica	(118.272,00)
40005-1 Cons. de Água	(5.124,30)
40006-8 Telefone	(6.959,60)
40008-5 Mat. Escritório	(4.656,00)
40010-2 Correios	-
40012-4 Desc. Concedido	(47.546,00)
40013-5 Const. Empresas	-
40014-7 Juros Passivos	(10.101,00)
40015-2 Desp. Depreciação	(27.258,00)
40016-4 Honor. Advoc.	(15.320,00)
40018-1 Honor. Contáb.	(15.256,00)
40019-8 C.M.V	(2.322.301,00)
40021-5 D.R.E	-
-	-
-	-
-	-
-	-
-	-
Lucros e Prejuízos Acumulados	1.173.167,11

Balancete	Débito	Crédito
10001-8 Caixa	17.654,11	-
10003-4 Bancos c/ Movimento	55.879,30	-
10005-1 Duplic. a Receber	254.201,11	-
10006-8 Estoques	229.600,00	-
10007-3 ICMS a Recup	62.169,22	-
10008-5 Veículo	395.000,00	-
10010-2 Máquinas e Equip.	332.620,61	-
10011-8 Deprec. Acumulada	-	4.445,55
20001-7 Fornecedores	-	100.423,00
20003-4 Duplicatas a Pagar	-	5.122,00
20005-1 Impostos a Recolher	-	15.214,00
20006-8 Emprést. Bancários	-	25.778,00
20008-5 Elektro a Pagar	-	-
20010-2 Sabesp a Pagar	-	-
20011-9 Telefônica a Pagar	-	-
20013-6 Salários a Pagar	-	7.654,30
20014-9 ICMS a Recolher	-	4.620,39
20015-3 Honor. Adv. a Pg	-	-
20017-0 Honor. Contáb. a Pg.	-	700,00
20018-7 Financiamentos	-	-
20020-4 Capital Social	-	10.000,00
20022-1 LucrosPrej Acum	-	1.173.167,11
30011-7 Receita de Vendas	-	-
30013-4 Receita de Serviços	-	-
30015-1 Receita Não Operac.	-	-
30016-8 Desc. Obtido	-	-
30018-5 Juros Ativos	-	-
30020-2 (-)Impostos s/ Vendas	-	-
40001-7 Salários e Orden.	-	-
40003-4 Energia Elétrica	-	-
40005-1 Cons. de Água	-	-
40006-8 Telefone	-	-
40008-5 Mat. Escritório	-	-
40010-2 Correios	-	-
40012-4 Desc. Concedido	-	-
40013-5 Const. Empresas	-	-
40014-7 Juros Passivos	-	-
40015-2 Desp. Depreciação	-	-
40016-4 Honor. Advoc.	-	-
40018-1 Honor. Contáb.	-	-
40019-8 C.M.V	-	-
Total	1.347.124,35	1.347.124,35

Castanheira - MT, em 27 de Maio de 2014.

Lenor Maria - Sócio Gerente
36.875.045/0001-57
LATICINIOS CASTERLEITE
LTDA - ME.

Rod. BR-424, s/n - Saida p/ Jussara
 Selo Industrial - CEP: 78.345-000

CASTANHEIRA

MT